

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

FLÁVIA SARAGIOTTO MAGALHÃES DO VALLE

**A RENOVAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DO MÉTODO BH
À ATUALIDADE**

FRANCA-SP

2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - FCHS GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL**

FLÁVIA SARAGIOTTO MAGALHÃES DO VALLE

**A RENOVAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DO MÉTODO BH
À ATUALIDADE**

Trabalho de conclusão de curso para
obtenção do título de bacharela em Serviço
Social pela Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira
da Silva.

**FRANCA-SP
2022**

V181r	<p>Valle, Flávia Saragiotto Magalhães do</p> <p>A Renovação Crítica do Serviço Social brasileiro: do Método BH à Atualidade / Flávia Saragiotto Magalhães do Valle. -- Franca, 2022</p> <p>60 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientador: José Fernando Siqueira da Silva</p> <p>1. Serviço Social. 2. Movimento de Reconceituação. 3. América Latina. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FLÁVIA SARAGIOTTO MAGALHÃES DO VALLE

RENOVAÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DO MÉTODO BH À ATUALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

**BANCA
EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
campus de Franca

Prof.^a Dr.^a Adriana Giaqueto Jacinto
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
campus de Franca

Prof. Me. Cristiano Costa de Carvalho
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
campus de Franca

FRANCA-SP, de

de 2022

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto de muito mais do que o meu esforço individual. É uma das facetas de todas as pessoas que estiveram ao meu lado neste percurso e acreditaram em mim de alguma maneira. É produto de uma totalidade que engloba o esforço de meus pais, Marisa Aparecida Saragiotto e José Martins do Valle Filho para me sustentarem e me apoiarem na Universidade, da irmandade de Vinícius e Rodrigo, de meus avós Tereza e Dirceu, meu tio José Odair, minha cunhada Luana, de meus sobrinhos Martin e Elis (ainda no útero), do imenso carinho na infância que tive de meus bisavós Rosa e Jacintho, das longas conversas com tia Célia, do companheirismo há sete anos de Ricardo da Silva Soares — que tanto me ajudou a nunca desistir, apesar das condições objetivamente postas desfavoráveis — e da minha gatinha Cacau, que esteve literalmente ao meu lado durante toda a escrita deste trabalho, dormindo e pedindo carinho em cima do teclado. Muito obrigada a todas essas pessoas, que de diferentes formas me ajudaram neste trabalho, na vida e a me tornar uma pessoa melhor.

O processo de iniciar novamente outra graduação numa universidade pública aos 27 anos não foi uma tarefa fácil. Voltar a ser caloura e começar do zero em uma nova cidade foi muito mais desafiador do que eu imaginava. Várias leituras, trabalhos em grupo e picuinhas que me faziam voltar no tempo, com um pensamento fixo de “já passei por isso, porque estou passando de novo?”. O tempo todo tendo que me vigiar para não parecer “metida” e nem corrigir os erros dos outros, afinal, eu sou e também fui estudante. Por diversas vezes ouvi provocações direcionadas a mim por ser taxada de “nerd” e afins em momentos particulares muito difíceis da minha vida que me fez querer desistir tantas vezes dessa tão desejada segunda graduação. Contraditoriamente, proferidas por pessoas que tanto discursam sobre saúde mental. Só esqueceram de mencionar que somente a deles lhes interessa.

Por fim, dois anos de pandemia que foram tão duros a toda uma geração. O medo de se contaminar e de perder alguém querido a todo tempo batendo a nossa porta nos moldou como seres humanos. Na minha particularidade, ainda tive uma cirurgia de emergência exatamente no momento da alta dos casos e do grande medo de morrer. Fui cuidada em todo o pós operatório apenas pelo meu namorado justamente pelo risco de contaminação, e só tenho que o agradecer imensamente. Um ano e meio sem ver ninguém da minha família. Não vi a gravidez que gerou o meu

sobrinho, só o conhecendo pessoalmente no dia em que ele completou oito meses. Passei quase um ano isolada em uma chácara com a maravilhosa família do meu namorado, que tanto fez e faz por mim e eu tanto agradeço. Mesmo nessa realidade distópica, participei ativamente das aulas remotas e tentei ao máximo manter os estudos durante o período de isolamento. Agradeço a todos que estiveram comigo e por mim neste período.

Agradeço imensamente ao Professor Doutor José Fernando Siqueira da Silva pela ótima orientação durante todo este trabalho e em minha Iniciação Científica. Não poderia ter escolhido um orientador melhor. Agradeço também ao CNPQ pela bolsa PIBIC neste processo. Foi um momento incrível de aprendizagem que levarei para a minha vida. Para a escrita desta pesquisa agradeço a Natália por me ajudar nas dúvidas sobre o inglês e novamente ao Ricardo da Silva Soares por ler parte deste e tantos outros trabalhos, sempre com apontamentos relevantes.

Flávia Saragiotto Magalhães do Valle

VALLE, Flávia Saragiotto Magalhães do. **A Renovação Crítica do Serviço Social Brasileiro: do Método BH à atualidade**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa desde a gênese do Serviço Social, perpassando por sua instauração na América Latina, com o enfoque no Movimento de Reconceituação latino-americano (1965-1975) na especificidade brasileira. Analisa os reflexos deste Movimento na construção do Serviço Social e na atual realidade profissional dos (das) assistentes sociais. O objetivo é analisar a conjuntura sócio-histórica e o projeto desenvolvimentista latino-americano que o envolve, refletindo sobre o desenvolvimento da fração mais crítica do Serviço Social brasileiro. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com a abordagem do materialismo histórico-dialético fundamentada na teoria social de Marx. Os resultados do estudo confirmam a necessidade de pensar a profissão na correlação entre os projetos econômicos e políticos, vinculados à realidade histórica dos países latino-americanos da época marcada por governos autoritários e sua posterior redemocratização a partir dos anos 1980. Podemos inferir que o desenvolvimento do Serviço Social, assim como das demais profissões, está atrelado à conjuntura objetivamente posta por sua realidade econômica e social.

Palavras-chave: Serviço Social, Movimento de Reconceituação, América Latina.

VALLE, Flávia Saragiotto Magalhães do. **The Critical Renewal of Brazilian Social Work: from the BH Method to the present.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022

ABSTRACT

This course conclusion work analyzes since the genesis from Social Service, passing through its instauration in Latin America, with a focus in Latin-American Reconceptualization Movement (1965-1975) in the Brazilian specificity. It analyzes this Movement reflexes in building of Social Service and in current professional reality from social workers. The objective is to analyze the socio-historical conjecture and the Latin-American developmental project that involves it, reflecting about the development of the most critical fraction of Brazilian Social Service. The methodology used was qualitative character bibliography research, with the approach from dialectical-historical materialism based on Marx's social theory. The study results confirm the need of think the profession into the correlation between the economic and political projects, linked by historical reality from Latin-American countries marked for authoritarian governments by the time and its later redemocratization from the 1980s. We can infer that the Social Service development, as well as the other professions, is linked to the objectively conjecture posed by its social and economic reality.

Key-words: Social Service, Reconceptualization Movement, Latin America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1- Da profissionalização à modernização profissional brasileira....	12
1.1- A necessidade da profissionalização do Serviço Social.....	12
1.2 Instauração do Serviço Social na América Latina.....	15
1.3- Instauração do Serviço Social no Brasil.....	17
1.4- Desenvolvimentismo no Brasil.....	20
Capítulo 2- O Brasil Inserido no Movimento de Reconceituação Latino- Americano.....	26
2.1. Perspectiva Modernizadora.....	27
2.2. Reatualização do Conservadorismo.....	32
2.3. A “Intenção de Ruptura” e o Método de Belo Horizonte.....	35
Capítulo 3 - O legado do Movimento de Reconceituação latino-americano e a renovação crítica do Serviço Social brasileiro.....	42
3.1. Coexistência e tensões entre as vertentes brasileiras.....	42
3.2. A renovação crítica do Serviço Social brasileiro.....	45
3.3. O projeto ético-político profissional e as mudanças no trabalho e na formação profissional.....	48
3.4. Desafios atuais no campo da formação e do trabalho profissional.....	50
Considerações finais.....	55
Referências Bibliográficas.....	57

Introdução

Entre os anos de 1965-1975, a América Latina viveu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. O momento histórico foi propício para que os (as) profissionais de Serviço Social questionassem suas bases teórico-metodológicas e as práticas profissionais que guiavam a profissão até então. Na especificidade brasileira, temos como resultado a hegemonia da fração mais crítica deste movimento, denominada por Netto de “Intenção de Ruptura”, a partir do final dos anos 1970, que gerou a completa transformação e renovação do Serviço Social.

Para compreendermos a profissão é necessário recorrermos à historicidade. A América Latina vivia um período de forte presença imperialista norte-americana, no cenário da Guerra Fria, intensificado desde a Revolução Cubana (1959) pelo receio dos Estados Unidos perderem sua hegemonia social e econômica nos países latino-americanos. Sendo assim, os países latino-americanos atrelam seu desenvolvimento às necessidades dos países centrais do capitalismo. Nesse contexto turbulento, há dois projetos principais que visam superar essa dependência. O primeiro é o desenvolvimentismo, que visava seu desenvolvimento próprio através da ampla industrialização de seus territórios. O segundo é o oposto: aspirava a ruptura sistêmica com os países que causaram essa dependência, ou seja, com o Imperialismo.

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar a trajetória da renovação do Serviço Social no Brasil, impresso no Movimento de Reconceituação Latino-Americano, suas bases sócio-políticas desenvolvimentistas em um governo autoritário e suas influências na atualidade profissional.

O interesse pela temática se iniciou a partir da minha inserção na Iniciação Científica em 2021, com o projeto de pesquisa denominado “*A Renovação Crítica do Serviço Social Brasileiro: do Método BH à atualidade*”. Uma realidade que se tornou possível a partir da minha introdução como bolsista PIBIC com o apoio do CNPQ. Sou formada em História pela FFLCH-USP e o tema da ditadura cívico-militar brasileira sempre permeou meu interesse. Quando aliado ao Serviço Social se torna ainda mais interessante. Atualmente estou em minha segunda iniciação científica intitulada “*O legado do Método de Belo Horizonte: a tendência crítica do Serviço Social brasileiro*”, novamente com orientação do Professor Doutor José Fernando Siqueira da Silva.

Tive a oportunidade de apresentar minha primeira Iniciação Científica em outubro de 2022 no evento XXXIV Congresso de Iniciação Científica da Unesp, momento em que obtive o segundo lugar do campus e o primeiro de Serviço Social. Fui classificada para a segunda fase deste evento, que ocorrerá ao final deste mês de novembro na cidade de Atibaia-SP. Conseguir essa colocação me evidenciou a importância da temática para o Serviço Social e que meu esforço durante o percurso foi validado.

Para compreender a profissão na atualidade, é fundamental conhecer as bases sócio-históricas que a profissão foi instaurada, assim como seu processo de renovação e afirmação como área do conhecimento. Metodologicamente, adoto o materialismo histórico-dialético, vinculado à teoria social de Marx. Considero a realidade objetivamente posta aderindo o ponto de vista da totalidade do objeto que abarca a singularidade (o imediatamente posto), a universalidade (as determinações gerais que sustentam a sociedade do capital mundialmente hegemônica) e as particularidades com que esta complexidade se materializa em diferentes realidades, incluindo a latino-americana, a partir de múltiplas mediações.

O trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro que envolve o início da profissão, sua inserção na América Latina e o contexto sócio-histórico do período; o segundo que aborda mais especificamente o Movimento de Reconceituação Latino-Americano e suas particularidades no Brasil, no contexto de governos autoritários com viés desenvolvimentista e atrelado ao imperialismo norte americano; o terceiro que abarca a hegemonia da tendência denominada por José Paulo Neto como intenção de ruptura, o papel do assistente social aliado a outra categoria para a redemocratização do país, a influência da fração mais crítica do Movimento de Reconceituação para as bases da profissionalização do Serviço Social que se consolidou nos anos de 1990 e a profissão no contexto atual do modelo econômico neoliberal.

CAPÍTULO 1- DA PROFISSIONALIZAÇÃO À MODERNIZAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

1.1- A necessidade da profissionalização do Serviço Social

Para compreendermos o Movimento de Reconceituação do Serviço Social entre os anos de 1965-1975 e sua renovação no Brasil, devemos inicialmente recorrer a seu processo histórico. A profissionalização do Serviço Social está diretamente ligada ao seu contexto histórico, tendo como marco inicial o desenvolvimento e aperfeiçoamento do capitalismo. Para compreendermos a virada axiológica do Serviço Social é preciso examinar profundamente os impactos sociais e econômicos gerados pelo capitalismo monopolista, que surgiu na Europa do século XIX. Esses impactos moldaram e abalaram a sociedade de tal forma que foi necessário criar uma profissão visando aprimorar e sedimentar os alicerces da sociedade capitalista.

O capitalismo monopolista foi a reestruturação do modelo econômico em resposta a uma crise do capital entre 1873-1896, com a finalidade de retomar os níveis de acumulação anteriores. Se concentra em três pilares: a) a fusão de grandes grupos econômicos até então concorrentes, tendo monopólios sob o mercado; b) aumento da financeirização do capital; c) captura dos fundos públicos para empresas privadas, redefinindo o papel dos estados (SILVA, 2019).

Sobre o capitalismo monopolista, Netto nos explana:

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. [...] A idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. (NETTO, 1996, p 15-16)

Através e devido a colonização, o imperialismo implantou e expandiu seu modo de produção por todo o mundo. Segundo Netto (1996), o capitalismo no estágio imperialista mostra um desvio onde a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que tornam os sistemas de mediação mais amplos. Lênin diz que, a partir deste período de Imperialismo no

capitalismo monopolista, criaram-se os elementos que inevitavelmente levaram ao maior conflito bélico até então: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes” (Lenin, 2008, p. 90).

Os exorbitantes lucros gerados nesse sistema se acumularam em poucas mãos, o que gerou uma gritante desigualdade social. Havia um abismo entre os detentores dos meios de produção e aqueles que possuíam apenas sua força de trabalho para vender em troca de sua sobrevivência. Os proletários que geraram essa riqueza eram os mesmos que viviam em condições insalubres e de extrema pobreza. Este novo modelo capitalista, também aumentou o número de trabalhadores (as) acrescidos ao exército industrial de reserva e conseqüentemente aumentou o desemprego. O pauperismo, como resultado do trabalho, é uma especificidade da produção fundada no capital (Marx, 2013).

Como Marx nos elucidava, as condições de trabalho na Europa neste período eram insalubres e com extensas jornadas:

Como exemplo clássico de sobretrabalho, trabalho pesado e inadequado e da conseqüente brutalização dos trabalhadores consumidos desde a infância, podemos citar, além da mineração e da produção de carvão, a fabricação de tijolos, ramos nos quais, na Inglaterra, a máquina recém-inventada só é usada esporadicamente. Entre maio e setembro, o trabalho dura de 5 horas da manhã até 8 da noite e, onde a secagem é feita ao ar livre, ele com frequência se estende de 4 horas da manhã às 9 da noite. A jornada de trabalho de 5 horas da manhã às 7 da noite é considerada “reduzida”, “moderada”. Crianças de ambos os sexos são empregadas a partir do sexto ou até mesmo do quarto ano de idade. Elas trabalham o mesmo número de horas dos adultos, e frequentemente mais do que eles. O trabalho é árduo e o calor do verão aumenta ainda mais o cansaço. (MARX, 2013, p. 365)

A questão social¹, latente na sociedade europeia do século XIX, ocasionou uma onda de manifestações populares que exigiam condições dignas para se trabalhar e viver. Tais movimentos sociais tomaram tamanha proporção que poderiam abalar as

¹ Para Iamamoto (1998) a questão social compreende em: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.27)

estruturas sociais da burguesia como classe dominante na ordem social vigente. Como somente o uso da força como prática coercitiva não foi capaz de conter a população, a burguesia precisou ceder e convocar o Estado como intermediador para assegurar alguns direitos aos (as) trabalhadores (as) e diminuir seus descontentamentos e, conseqüentemente, suas lutas.

Netto (1996) analisa que na ordem monopólica do capital o Estado é obrigado a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho ocupada e excedente, além de regular a disponibilidade dos (das) trabalhadores (as) para o trabalho sazonal e instrumentalizar os mecanismos para que estejam disponíveis aos projetos do monopólio. Ou seja, a sociedade burguesa transfere ao Estado o papel de preservação e controle contínuos da força de trabalho, com a finalidade de garantir os lucros da burguesia.

É dessa forma que surge o antagonismo inerente à criação do Serviço Social como profissão: ao mesmo tempo em que as políticas públicas foram fruto da luta legítima dos (das) trabalhadores (as), foi também o meio que o Estado burguês encontrou para atenuar os descontentamentos dos proletários e manter a dominação burguesa na sociedade. Para a operacionalização de tais políticas públicas, foi necessário um (a) profissional responsável por essa função na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo: o (a) assistente social.

O Estado se viu, paulatinamente, obrigado a elaborar políticas públicas e sociais para aplacar algumas demandas da classe trabalhadora. Como exemplo de pioneirismo de tais políticas, temos em 1883 a instauração do seguro social na Alemanha conhecido como Modelo Bismarckiano, que institucionalizou direitos aos (às) trabalhadores (as) com o financiamento através da cobrança de quotas para estes. É considerado um modelo excludente, pois somente os contribuintes teriam direito aos benefícios, que incluíam seguro doença, proteção contra acidentes, seguro contra invalidez e velhice. Contudo, por ser um projeto pioneiro, teve grande importância nesse período e foi replicado em outros países, cada qual com suas particularidades próprias para atender as demandas da classe trabalhadora. Era necessário um preparo e rigor técnico para o planejamento e execução destes projetos.

É central compreendermos que a profissão do (da) assistente social é produto da *necessidade do mercado de trabalho que criou um espaço sócio-ocupacional para um profissional preparado para atuar na chamada questão social*. O ponto determinante para a institucionalização da profissão foi a necessidade de uma força de trabalho que atuasse junto à questão social.

Com esse caldo social e político efervescente e a notória crescente procura do mercado por profissionais especializados para lidarem com a questão social e suas expressões na Europa, a Igreja Católica viu uma oportunidade de perdurar sua hegemonia na sociedade, renová-la, estabelecendo-se, em alguns países latino-americanos (diretamente no Brasil e no Chile), como formadora desses (dessas) profissionais de Serviço Social, já que a instituição estava perdendo espaço na sociedade.

1.2 Instauração do Serviço Social na América Latina

Nesse sentido, a expansão e renovação da Igreja chegou até a América Latina em 1929, com a criação da primeira Escola de Serviço Social Católica “Elvira Matte de Cruchaga”, fundada no Chile com amplo apoio da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS). O objetivo central desta organização era expandir a mensagem social da Igreja Católica para espalhar a doutrina cristã na assistência social (CASTRO, 2013, p. 77). Todo esse processo se inscreveu em um cenário de renovação da Igreja Católica (de base neotomista²), também caracterizado pela maior participação leigos (as) nas pastorais sociais, sob a supervisão da hierarquia institucional, projeto este explicitamente anticomunista, como reforma moral e conservadora que apelava ao senso de caridade e de justiça dos ricos para com os pobres.

Nessas instituições católicas, o Serviço Social buscava a conciliação de classes, a harmonia social e possuía ação evangelizadora da população atendida. As desigualdades do capitalismo eram vistas como naturais, os indivíduos eram

² Neotomismo é a base da doutrina social da Igreja Católica nas condições objetivamente postas do século XX. Na filosofia tomista, São Tomás de Aquino incorpora e reorganiza a concepção de Aristóteles na doutrina da Igreja Católica. Dessa forma, alia a doutrina, fé e ciência. Para maiores detalhes, consultar Aguiar (2011). As encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quedragésimo Anno* (1931), são exemplos clássicos.

considerados culpados por sua própria condição de miserabilidade e foram instaurados valores morais aos quais a classe trabalhadora deveria seguir para alcançar boas condições de vida. Esses elementos tinham como objetivo atenuar a luta de classes inerentes ao sistema econômico vigente. Tais conjuntos de práticas são totalmente vantajosos ao capitalismo e nocivo aos proletários, e exatamente por isso foi amplamente aceito e expandido pelo Estado burguês que via o Serviço Social como estratégia para conter a classe trabalhadora.

Os requisitos para admissão na Escola Elvira Matte de Cruchaga eram rigorosos: ter entre 21 e 35 anos, atestado médico de boa saúde, antecedentes probatórios de honorabilidade e recomendação paroquial, bom aproveitamento nos estudos das ciências humanas e apresentação de um texto manuscrito sobre sua história pessoal. O custo da matrícula era muito alto, que fazia com que a profissão fosse formada pela elite local, onde somente as “damas da sociedade” poderiam frequentar. Era necessária uma “vocação” das alunas para a caridade, e não somente o viés profissional. O curso tinha a duração de três anos, com cursos teóricos e atividades práticas e era voltado à área da saúde, devido à grande insalubridade em que a população pobre vivia. Até o ano de 1938, não havia diferenciação entre visitadora social, nutrição e enfermagem (CASTRO, 2013, p.79- 81).

Para se ter uma noção sobre a formação acadêmica na instituição, essas são algumas matérias contidas no curso: religião, psicologia, pedagogia, sociologia, economia social, assistência social, legislação social, direito, instrução cívica, anatomia e fisiologia, higiene privada e pública e ética profissional. Dentre os ramos práticos, havia: tratamento de caso social individual, encaminhamentos jurídicos, técnicas de escritórios e estatística, contabilidade, primeiros socorros, cuidados domiciliares a doentes, puericultura, nutricionismo, trabalhos manuais, corte e costura e exercícios de oratória (CASTRO, 2013, p. 80).

A Escola Elvira Matte de Cruchaga possuía sólida formação de suas alunas, de acordo com o currículo conservador proposto. Organizava suas "Semanas de Estudos" geralmente uma vez ao ano, com os objetivos de aperfeiçoar profissionalmente suas ex-alunas, que agora eram visitadoras formadas e atuantes, compartilhar experiências de trabalho e propor novos métodos de ação. Com esse projeto, as (os) profissionais apresentavam seu desempenho como profissional e

ainda reforçavam seu idealismo religioso. Os convidados para as conferências eram profissionais com altos cargos em instituições que precisavam do trabalho das visitadoras, como autoridades políticas, docentes universitários e membros do alto escalão da Igreja (CASTRO, 2013, p. 91-93).

Com essa escola chilena, a Igreja tornou-se promotora internacional do Serviço Social católico na América Latina. A visitadora social passou a fazer parte do desenvolvimento da ordem social burguesa, com atividades como: cadastramento de desempregados, ordenamento de sopas para distribuição, visitas hospitalares, encaminhamentos religiosos e educacionais, problemas médicos e higiênicos resolvidos por meio da educação, entre outros (CASTRO, 2013, p.87). Em dez anos, a Escola Elvira Matte Cruchaga ajudou a fundação de escolas católicas do Serviço Social em Santiago, Montevideu, Rio de Janeiro, São Paulo, Lima, Buenos Aires e Caracas (CASTRO, 2013, p.94-95).

Sendo assim, os valores de base católica interagiram, em alguma medida, com a formação dos primeiros cursos de Serviço Social na América Latina. Nos casos chileno (Escola Elvira Matte Cruchaga) e brasileiro (Escola de Serviço Social de São Paulo), essa influência foi direta sendo que, por outro lado, na Argentina e no Uruguai, isso ocorreu mediado por ações higienistas. Ou seja, enquanto no Chile e no Brasil a Igreja Católica atuou como ator decisivo para a gênese das primeiras escolas, nos países portenhos isso ocorreu diretamente influenciado por médicos-higienistas. Ainda assim, em ambas as situações, os valores católicos se encontravam presentes.

A gênese e suas primeiras formas de profissionalização dos (das) assistentes sociais da América Latina se deu desta maneira, onde os (as) profissionais atuavam em ações sociais direta ou indiretamente mediadas pelo Estado para operacionalizar políticas destinadas aos (às) trabalhadores (as) para que eles se "ajustassem" à sociedade e fossem inseridos (as) no mercado de trabalho do sistema capitalista. É importante ressaltar, portanto, que a gênese da profissão na América Latina não se deu de forma homogênea, ainda que tenha sido marcada por aspectos comuns. Conseqüentemente, há um diferente desenvolvimento da profissão, entre os diferentes países da região, que necessita ser considerado.

1.3- Instauração do Serviço Social no Brasil

No caso específico brasileiro, inserido nas condições explicitadas acima, temos a base do Serviço Social iniciada como doutrinária com características técnico-científicas. A criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em São Paulo, no ano de 1932, foi fundamental para a profissionalização do Serviço Social no Brasil, como fruto do curso intensivo de Formação de Jovens ofertado por membros da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Foi também no ano de 1932 que se iniciou as primeiras movimentações para a organização da primeira Escola de Serviço Social brasileira, que foi fundada em 1936 com orientação franco-belga. Na Escola de Serviço Social de São Paulo, por exemplo, a própria grade curricular do curso era notadamente conservadora e religiosa, o viés profissional era caritativo, moralizante e não se discutiam as razões pelas quais a classe trabalhadora vivia em péssimas condições.

Yazbek (1980) nos elucida que logo que o curso de Serviço Social na Escola de Serviço Social de São Paulo se instaurou, a formação era feita no período de dois anos. Tendo a grade curricular básica do primeiro ano em 1936 com as matérias de Sociologia, Psicologia, Higiene, Anatomia, Serviço Social, Estatística, Enfermagem e Higiene Industrial. Em 1937, após o Curso Preparatório Intensivo e o Concurso de Habilitação, as matérias do primeiro ano foram Sociologia, Higiene, Psicologia, Anatomia, Direito, Serviço Social, Técnica, Enfermagem e Moral. Já no segundo ano, a grade curricular era de Psicologia, Estatística, Direito do Trabalho, Serviço social, Moral e Psicotécnica (YAZBEK, 1980 p. 43).

A partir de 1939, o curso passou a ter três anos de duração. Foram adensadas algumas matérias na grade curricular, distribuídas no primeiro ano por Economia, Sociologia, Psicologia, Higiene, Anatomia, Estatística, Direito, Serviço Social, Técnica, Enfermagem, Português, Lógica e Moral. No segundo ano, as matérias eram distribuídas em Economia, Psicologia dos Anormais, Higiene do Trabalho, Puericultura, Estatística, Direito do Menor, Serviço Social, Lógica, Psicotécnica e Higiene. No terceiro e último ano do curso, as matérias eram Psicologia, Serviço Social, Lógica e Psicologia dos Anormais (YAZBEK, 1980, p. 43).

Além da influência católica, o enfrentamento da “questão social” no Brasil também se articulou com a esfera Estatal. Sob o governo de Getúlio Vargas, fortemente centralizador, sensível e cooptador das demandas da classe operária da

época, absolutamente sustentado na política de conciliação de classes, buscou-se o enfrentamento da questão social. Em 1934 foram criados os Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que extinguiu as antigas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Os IAPs passam a incluir em um mesmo instituto toda a categoria profissional, não mais apenas empresas. A partir da criação dos IAPs, inicia-se no Brasil a construção de um sistema público de previdência social mantendo o formato do vínculo contributivo formal do trabalhador para garantir seus benefícios.

Em 1935 foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, que possuía, entre seus objetivos, “a estruturação dos Serviços Sociais de Menores, Desvalidos, Trabalhadores e Egressos de Reformatórios, penitenciárias e hospitais e da Consultoria Jurídica do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2006, p. 174). A criação destas e outras instituições semelhantes nesse período, foi consequência da crescente industrialização brasileira que se iniciou a partir do governo varguista, em 1930. Tal industrialização gerou, a partir desta década, uma massa de operários urbanos, da qual era importante manter o controle social e político.

Após a inicial influência franco-belga percorrida acima, o Serviço Social brasileiro paulatinamente começa a ser influenciado pelos Estados Unidos no ramo teórico. Nota-se que a partir do Congresso Interamericano de Serviço Social em 1941, na cidade de Atlantic City, ocorreram várias alterações na formação profissional dos (das) assistentes sociais no Brasil. Também, a partir desta data, algumas instituições norte-americanas ofereceram bolsas de estudo para aperfeiçoamento e especialização para os (as) assistentes sociais da América do Sul (SILVA, 2013).

Apesar de beber de outras fontes teóricas, a moralização da questão social perdura e a profissão continua com um perfil conservador. Contudo, há a incorporação de traços psicologizantes nos “clientes”, privilegiando análises sobre seu histórico familiar e individual (IAMAMOTO, 2006, p. 229). A partir destas técnicas surgem bases para identificar e atuar sobre as “patologias sociais” que indicam quais as populações que devem ser o foco das intervenções assistenciais (SILVA, 2013).

A partir da década de 1940 o viés teórico passou a ter maior relevância na formação profissional dos (das) assistentes sociais no Brasil, o que permitiu que a profissão tencionasse na direção de sua permanente modernização. Esse processo, todavia, mantinha um nítido perfil conservador. Nota-se, paulatinamente, as

mudanças das temáticas relacionadas ao saber profissional nos dois primeiros Congressos Brasileiros de Serviço Social, datados em 1947 e 1961. Os temas abordados no primeiro congresso foram a luta pelo reconhecimento profissional e a regulamentação do ensino em Serviço Social. Já a temática principal do segundo congresso é o "social", foi debatida educação como forma de integração nacional, dentro uma perspectiva explicitamente desenvolvimentista. Para o reconhecimento da profissão na máquina pública, era necessário compreender os problemas estruturais da sociedade, mesmo que com evidentes traços conservadores (NICOLAU, 2021).

Nota-se que a gênese da profissão, particularmente no Brasil, se articulou, nacional e internacionalmente (incluindo o cenário de Guerra Fria), na era monopolista do capital e nas condições particulares da América Latina, três aspectos essenciais: *a reorganização dos estados nacionais, o adensamento da “questão social” e a renovação da Igreja Católica*. O mercado de trabalho do (da) assistente social, sua gradativa profissionalização, na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2006), se imbricou com a modernização da Igreja Católica e com o Estado brasileiro, no processo de responder às inúmeras demandas impostas pela classe operária da época. O desenvolvimento do Serviço Social como profissão, particularmente no Brasil, está decisivamente atrelado a este contexto.

A análise do contexto histórico, social, econômico e político da América Latina a partir da década de 1950, é essencial para explicar a renovação do Serviço Social na América Latina, nisto o Movimento de Reconceituação que se iniciou na metade dos anos 1960 e suas expressões no Brasil. O Movimento de Reconceituação, segundo lamamoto (1998):

é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*. (IAMAMOTO, 1998, p. 205)

1.4- Desenvolvimentismo no Brasil

O debate sobre as razões do subdesenvolvimento econômico da América Latina efervesceu na região a partir do período Pós-Segunda Guerra Mundial. A visível desigualdade nesse território, comparativamente aos países centrais, gerava a construção ideológica de diversas teorias que fundamentam essa desigualdade,

muitas das quais eram mecanismos fundamentais para a perpetuação e manutenção da intensa e violenta dominação imperialista dos Estados Unidos na região.

Tais teorias desenvolvimentistas tomam forma principalmente após a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948, que aprofundou os estudos sobre os impactos do imperialismo na América Latina. As teses estudadas e difundidas pela Cepal levavam a acreditar que a chave para a América Latina superar o subdesenvolvimento era a industrialização em seus territórios. Seu legado de estudos foi crucial para a compreensão da realidade latino-americana na periferia do capitalismo e influenciou debates importantes e inéditos até então.

Dentre as concepções que criticavam os caminhos de dependência, temos a obra de viés não marxista de Cardoso e Faletto, publicada em 1970, intitulada de *“Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica”*. Segundo este estudo, para que a América Latina pudesse enfrentar a dependência dos países centrais, ela deveria incentivar internamente a industrialização e se abrir para investimentos externos produtivos. Essa proposta reconhece a dependência da América Latina e ao mesmo tempo afirma que a modernização não ocorreria por meio do enfrentamento aos capitais externos, e sim em associação com eles (SILVA, 2019).

O oposto desta visão é defendido por Ruy Mauro Marini em *“Dialética da dependência”*, publicado em 1973 com evidente inspiração marxista. O autor reconhece que a dependência é parte do projeto imperialista reconstituído neste território a partir de 1950. Ao contrário do defendido por Cardoso e Faletto, Marini argumenta que a dependência não pode gerar desenvolvimento se você se associa com quem a produziu. Em outras palavras, dependência gera dependência, e sua superação exige a ruptura com quem a produz, ou seja, com o Imperialismo (SILVA, 2019).

Visão essa que vai ao encontro com a de Florestan Fernandes nas décadas de 1960 e 1970, ainda que essas orientações não se identifiquem. Fernandes se centra na análise histórica que leva ao avanço do capitalismo monopolista e posterior imperialismo dos Estados Unidos sobre a América Latina, com novas configurações que iam além da dominação econômica. Os Estados Unidos dominavam esse território em sua economia, política e influenciavam até na forma de consumir, o que

era totalmente prejudicial a esses países. Este é o principal diferencial de sua análise histórica-sociológica, pois analisa a dinâmica sociocultural e política não focando apenas nos aspectos econômicos gerados e causados pela dependência, como geralmente se fazia até então.

Segundo Florestan Fernandes, a análise do capitalismo dependente na América Latina deve ser mais abrangente, como se verifica abaixo:

Não basta afastar da análise o modelo 'normal' ou 'clássico' nas interpretações da formação ou do desenvolvimento do capitalismo na América Latina [...] É preciso colocar em seu lugar o modo concreto do capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis de circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). (FERNANDES, 1973 [2009], p. 51-52).

Em sua explicação sobre a dependência da América Latina, Fernandes apresenta dois elementos fundamentais: a) a relação histórica das atividades estruturais em quatro fases da evolução econômica do território latino-americano e seus padrões de dominação: sistema colonial, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total; b) a relação entre as classes sociais na sua formação socioeconômica e seus desdobramentos. Sendo assim, Fernandes busca explicar dois problemas que a América Latina enfrentava nesse período: 1) A hegemonia dos Estados Unidos como uma nova forma de imperialismo total; 2) O dilema da maneira que se enfrenta tal imperialismo em uma fase de internacionalização do capital que se constitui pela formação de grandes empresas corporativistas (SOUZA, 2017).

A elucidação de Fernandes explicita os interesses das classes dominantes internas das nações latino-americanas e a sua convergência com a burguesia internacional na espoliação de suas próprias nações e na construção desse subdesenvolvimento. Como as elites locais não só concordam como ganham com o subdesenvolvimento de seus países, Fernandes diz que enquanto esse contexto perdurar não há a possibilidade de integrações nacionais nos países da América Latina.

No período pós-Revolução Cubana (1959), os Estados Unidos aumentaram sua presença cada vez mais intensamente pela América Latina. Era inconcebível que algum outro país em sua zona de influência — vulgarmente nomeada por este país de “meu quintal” — pudesse ter um governo aliado à esquerda nesse momento de extrema polarização de modelos econômicos antagônicos. A Guerra Fria estava em seu auge e os territórios latino-americanos eram essenciais para os Estados Unidos ostentar e manter seu poderio mundial como país e modelo econômico.

Enquanto isso, no Brasil temos João Goulart como presidente desde 1961. Neste período emerge um amplo descontentamento da ordem e da dependência brasileira vindo de grupos sociais diversos, tais como: classes trabalhadoras rurais e urbanas, pequenos burgueses, intelectuais, parcelas progressistas da Igreja Católica e Forças Armadas (SILVA, 2013). Tais descontentamentos não estavam alinhados a uma postura socialista ou comunista — como alguns setores reacionários difundem até hoje — e sim em direção a um processo de reformas democráticas internas, contrárias ao imperialismo norte americano se ele não permitisse um desenvolvimento nacional com maior distribuição da riqueza internamente.

Em meio a esse cenário de efervescência política, entre discursos sobre reformas de base, insatisfação popular e um suposto medo do “fantasma do socialismo” pelas elites — não somente locais, mas do capital em si — e militares, em primeiro de abril de 1964 foi dado o golpe cívico militar no Brasil, com apoio dos Estados Unidos. A alegação dada de “golpe preventivo” não tinha nenhum fundamento razoável e foi simplesmente um modo dos Estados Unidos manterem sua hegemonia na América Latina.

Sobre o golpe de 1964, Netto destaca:

Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico social era de maior fôlego: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira. O que os estrategistas (nativos ou não) de 1964 obtiveram foi uma postergação de uma inflexão política que poderia - ainda que sem lesionar de imediato os fundamentos da propriedade e do mercado capitalistas - romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo. (NETTO, 2015, p 41-42)

A repressão contra quaisquer segmentos que se opusessem de alguma forma ao governo se iniciou junto ao golpe, se intensificou após o Ato Institucional n.5 (AI-5)

de 1968. A função central do Estado passou a ser repressiva e totalitária, em que se promoveu cassação de direitos políticos de representantes políticos de vertentes diversas, fechou o parlamento e reprimiu o movimento estudantil. O capitalismo brasileiro passou a ser dirigido e protegido pelo Estado totalitário, como ditadura cívico-militar (SILVA, 2013).

Importante aqui pontuar que em outros países latino-americanos como Chile, Argentina e Uruguai, o Movimento de Reconceituação se radicaliza já no final da década de 1960. O mesmo não ocorre no Brasil, por este país já estar no período ditatorial sofrendo as repressões elencadas acima. Com esses países igualmente sofrendo golpes de Estado na década de 1970 com influência norte-americana, o peso do Movimento de Reconceituação latino-americano e a renovação do Serviço Social brasileiro, também foram afetados.

O Brasil de finais da década de 1960 se encontrava nesse contexto de ditadura, imperialismo norte-americano e capitalismo dependente, vivendo um intenso processo de repressão que sustentava a modernização conservadora. No âmbito do Serviço Social, cabe a profissão criar a condição para que a população se integre ao processo de desenvolvimento industrial dependente dos países centrais que havia na sociedade. Eram necessárias a integração social e a identificação de “situações problemas” para cumprir o objetivo proposto.

Nesse contexto, houve dois tipos de movimentos essenciais na renovação do Serviço Social brasileiro: o primeiro de caráter conservador como modernização conservadora e reatualização do conservadorismo, condensadas nos documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista (CBCISS, 1986) e nos estudos de Ana Augusta de Almeida (1978); e o segundo de caráter progressista, a perspectiva de “intenção de ruptura” - cristalizada no “Método Belo Horizonte” (SANTOS, 1983) (NETTO, 2015).

Importante notar que esta movimentação no cerne da profissão não se resume de maneira endógena apenas ao Serviço Social, e sim em diversos setores da sociedade, como nas universidades, na Igreja e em diversas áreas do conhecimento. A seguir, iremos analisar as ideias desses dois movimentos, o de modernização conservadora e a intenção de ruptura, assim como seus respectivos documentos,

fazendo a articulação com os projetos nacionais abordados em cada um e seus impactos na profissão.

CAPÍTULO 2- O BRASIL INSERIDO NO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO LATINO-AMERICANO

Os documentos que serão analisados neste capítulo foram gerados nos encontros de assistentes sociais e sintetizam o projeto desenvolvimentista do Brasil em voga no período, expondo como o Serviço Social deve realizar-se como profissão. Os documentos de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, apesar de suas particularidades, vão diretamente ao encontro desta perspectiva conservadora e desenvolvimentista, enquanto o “Método de Belo Horizonte” é justamente o oposto: expressa a intenção de ruptura com o projeto da autocracia burguesa no Brasil.

Nosso objetivo é focar no contexto interno brasileiro e do Serviço Social a partir de meados da década de 1960. Importante salientar que até a década de 1940 os profissionais de Serviço Social cumpriam muito bem o papel a qual eram designados política e economicamente desde a sua criação como profissão. Como nos mostra Andrade:

Até então, o Serviço Social tinha por finalidade um projeto de recristianização da sociedade, orientado pela doutrina social da Igreja essencialmente anti-capitalista e anti-liberal. O caráter missionário da intervenção privilegiava a dimensão restauradora dos bons costumes e da moral, abalados no nível das relações sociais. (ANDRADE, 2008, p 271)

Devemos redobrar nosso cuidado com o constante anacronismo cometido em rasas reflexões sobre o tema, em que se analisa o passado a partir de nossa atual realidade e conhecimentos adquiridos a partir dela. É importante compreender que o (a) assistente social desse período histórico estava introduzido na lógica do sistema conservador com forte viés desenvolvimentista principalmente a partir dos anos 1950. Com o golpe de 1964, as formas de agir e pensar que fossem contra o estipulado pelo regime eram punidas. Grande parte dos (das) assistentes sociais corroboravam com o viés considerado adequado ao sistema, perdurando com suas práticas profissionais tradicionais. O golpe cívico-militar de 1964 proporcionou um redirecionamento por completo do Serviço Social no Brasil e impossibilitou o desenvolvimento de vetores críticos ao processo de renovação sob a influência do Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

José Paulo Netto (2015) destaca que:

É incontestável que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de 1960, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria um grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de

participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se por uma categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. (NETTO, 2015, p 168-169)

Contudo, esse cenário de homogeneidade profissional existente até então alterou-se paulatinamente conforme o aumento da profissionalização do Serviço Social. Segundo José Paulo Netto, isto ocorre a partir da laicização da formação do (da) assistente social desde finais da década de 1950. As demandas próprias do regime autocrático burguês e sua concepção de sociedade gerou o aumento da profissionalização do Serviço Social, abrindo novos cursos em instituições não ligadas ao catolicismo.

As condutas profissionais específicas requeridas pelo regime geraram não só apoio como também contestação, justamente por estes passarem a notar o caráter contraditório de suas práticas. Para o autor,

instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e as concepções profissionais que ela demandava. (NETTO, 2015, p 170)

Os profissionais de Serviço Social estavam cada vez mais interessados no aperfeiçoamento de seu instrumental operacional, traçando os seus procedimentos metodológicos e técnicos para suas intervenções. Havia a presença de assistentes sociais também em equipes multiprofissionais. Sobre isso, Netto diz que:

Posta a natureza das experiências e programas, relacionava o assistente social com aparelhos administrativos e decisórios do Estado, situando-o ao mesmo tempo em face de novas exigências de alocação e gestão de recursos e de circuitos explicitamente políticos. (NETTO, 2015, p 180)

Os (as) assistentes sociais periodicamente se organizavam para debater sua profissão. Na década de 1960, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS) organizou seminários justamente para discutir suas metodologias e promover o aprimoramento dos profissionais. Os documentos gerados pelos Seminários de Teorização do Serviço Social de Araxá em 1967 e de Teresópolis em 1970, consolidaram a perspectiva modernizadora no Serviço Social brasileiro, que se encaixava perfeitamente sob o projeto desenvolvimentista do Brasil.

2.1. Perspectiva Modernizadora

O primeiro desses encontros ocorreu entre os dias 19 e 26 de março de 1967, na cidade de Araxá, em Minas Gerais. A temática do encontro foi “*A Metodologia do Serviço Social*”. O encontro foi composto por 38 assistentes sociais conjuntamente pelo Comitê Brasileiro Internacional de Serviço Social (CBCISS). O objetivo central foi compreender e analisar a atuação microssocial do (da) assistente social com os indivíduos cujas bases familiares e sociais eram consideradas “desajustadas”.

O Encontro gerou um documento feito em conjunto pelos (pelas) assistentes sociais ali presentes. Logo na introdução deste documento já se expressa um esforço na teorização do Serviço Social na fase econômica brasileira vivenciada. Era buscado a análise e síntese dos seus componentes universais, dos seus elementos de especificidade e de sua adequação ao contexto econômico-social da realidade brasileira (CBCISS, 1986). O documento tem três partes, divididas entre: a) Capítulo I que analisa os objetivos remotos e operacionais do Serviço Social; b) Capítulo II que estuda a metodologia do Serviço Social; c) e Capítulo III que examina a adequação do Serviço Social à realidade brasileira.

O documento de Araxá propõe uma mudança na perspectiva do Serviço Social brasileiro. Contudo, essa mudança era notadamente conservadora. No parágrafo vinte e dois isso fica evidente ao dizer que “*Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto aos indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas*” (CBCISS, 1986). Sua função era “ajustar” estes (as) trabalhadores (as) e inseri-los ao mercado de trabalho, conforme o sistema vigente demandava.

Por todo o documento de Araxá é visível seu caráter conservador, em que o (a) assistente social adensava a mando do Estado diante da questão social, bem como trabalhava diretamente com a classe trabalhadora para seu ajustamento social. Interessante notar que entre os objetivos remotos do Serviço Social está a valorização e melhoria das condições da população compatíveis com a dignidade humana tendo como parâmetro a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948³. Assim como

³ Ao detalhar os objetivos e as funções Serviço Social (CBCISS, 1986, p. 27 e 28), essencialmente comprometidos com a integração social de indivíduos, grupos e comunidades, o documento de Araxá retoma e se propõe a atualizar, na sua proposta metodológica, os postulados tomistas: dignidade da pessoa humana, sociabilidade da pessoa humana e perfectibilidade da pessoa humana (CBCISS, 1986, p. 30).

o objetivo da profissão visava criar condições para efetivar a participação consciente dos indivíduos, grupos, comunidades e populações, seja promovendo sua integração nas condições decorrentes de mudança, ou provocando as mudanças necessárias para tal (CBCISS, 1986).

O Encontro de Araxá gerou grande repercussão pelo Brasil e América Latina. Foi organizado um próximo encontro para prosseguir os debates sobre as temáticas referentes ao Serviço Social, como uma continuação dos estudos iniciados em Araxá. Este ocorreu em janeiro de 1970, na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, com a temática "A Teoria Metodológica do Serviço Social". A própria temática demonstra que os (as) assistentes sociais queriam se aprofundar em análises metodológicas para realizar suas intervenções, questão que se torna central no Serviço Social.

A Comissão Organizadora do encontro previamente redigiu um roteiro com quatro itens e distribuiu entre 103 assistentes sociais, dos quais 33 estiveram presentes no Seminário. Vinte e três dos documentos com respostas ao roteiro foram utilizados no encontro, tendo dois deles publicados pelo CBCISS e utilizados em Escolas de Serviço Social pelo país. Importante salientar que tais documentos representam o pensamento de seus autores, e não da totalidade dos presentes no Seminário (CBCISS, 1986).

A organização do Seminário de Teresópolis dividiu os participantes em dois diferentes seminários: o primeiro debruçado à apresentação e discussão dos documentos; o segundo, com dois grupos que estudaram um roteiro que eles estabeleceram sobre a Metodologia do Serviço Social. As opiniões e posições dos participantes sobre os relatórios A e B são bastante divergentes (CBCISS, 1986). Notadamente a partir deste encontro houve a introdução de novos termos, assim como um caráter mais formal às exposições e o uso de terminologia mais científica do que filosófica (CBCISS, 1986), o que demonstra que o Serviço Social se insere na área das ciências sociais, e não apenas como uma ramificação de outras áreas do conhecimento.

Após o Seminário de Teresópolis houve sete encontros regionais nas cidades de Campos, São Paulo, Natal, Salvador, Belém e Florianópolis para discutir a temática, totalizando 956 assistentes sociais. Nestes encontros, o CBCISS organizou os denominados "cadernos didáticos" para analisar o relatório do grupo feito em

Teresópolis, com quadros para listar os fenômenos, variáveis dos fenômenos e outros itens que os participantes quisessem. Notando as dificuldades entre os presentes para analisar os relatórios dos grupos A e B, o CBCISS "*procedeu a uma análise das respostas e discussões dos Encontros Regionais e publicou como Introdução aos Relatórios dos Encontros Regionais um documento sobre Funções do Serviço Social*" (CBCISS, 1986, p 116).

Os integrantes dos encontros regionais criticaram a organização do Seminário em alguns aspectos. O principal foi com relação ao problema do objeto do Serviço Social. Segundo as discussões, o foco deveria estar centrado no objeto do Serviço Social antes de partir para a metodologia (CBCISS, 1986). Outras reclamações vieram no sentido de termos uma apresentação complexa demais para o entendimento dos participantes. A conclusão geral foi de que "*as questões básicas não foram solucionadas, mas os encontros regionais contribuíram para a melhor definição das mesmas*" (CBCISS, 1986, p 116). Percebe-se que se elevou o nível de conhecimento e prática dos participantes dos encontros regionais comparados com os demais encontros que seguiram o Seminário de Araxá, mas ainda havia um longo percurso a ser percorrido pelo Serviço Social como área do conhecimento dentro das ciências humanas.

Segundo o CBCISS, os encontros regionais de Teresópolis não contribuíram com os estudos do seminário e não deram respostas aos questionamentos que começaram a ser expostos em Araxá. Em Teresópolis, se reafirma o que já era aceito anteriormente e repete-se os mesmos questionamentos, embora com um discurso diferente. Contudo, o Documento de Teresópolis e seus anexos foram amplamente utilizados e contribuíram para o aprofundamento dos estudos profissionais nos cursos de graduação e pós-graduação recém-abertos pelo Brasil. A partir de então, a temática de integração passou a estar presente nos estudos metodológicos dos (das) assistentes sociais.

Em termos metodológicos, os documentos de Araxá e Teresópolis têm como inspiração teórica o positivismo e o funcionalismo. Utilizavam a metodologia do estudo de caso, grupo e comunidade em suas intervenções. Essa teoria buscava mudar o comportamento do indivíduo. O "cliente" era visto como elemento ao qual deveria ser trabalhado, para ajustá-lo à sociedade e fazer com que cumprisse seu papel de

trabalhador no sistema capitalista. Essa teoria foi bastante utilizada nos primórdios do Serviço Social e sistematizada pela norte-americana Mary Richmond no início do século XX.

Sobre o Serviço Social de grupo, Andrade nos explicita:

O Serviço Social de Grupo era utilizado em uma perspectiva educacional, na medida em que procurava fortalecer a personalidade individual, através da ênfase dada à capacidade de liderança, à tomada de decisão e ao aspecto psicossocial. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o Serviço Social de Grupo ajudava os indivíduos a se auto-desenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos. [...] O enfoque “terapêutico” e disciplinador dado ao trabalho desenvolvido junto a grupos facilita o processo de integração-adaptação, porque ele contém o comportamento do homem inadequado, desequilibrado, sem, no entanto, rever questões sociais mais profundas. Nesse sentido, o problema está no homem, não na sociedade. (ANDRADE, 2008, p 282-283)

O Serviço Social de comunidade vem na mesma linha teórica, e apresenta características semelhantes às anteriores. O objetivo central da técnica era o ajustamento social do “cliente” enquanto se realizava um trabalho assistencial (ANDRADE, 2008). Ou seja, essas três dimensões não faziam um aprofundamento social, econômico e político. Dentro desses métodos, o (a) assistente social atuava como gestor responsável, conselheiro e “terapeuta”. Seu papel era integrar o indivíduo visto como “desajustado” à sociedade capitalista, de modo a perpetuar o domínio burguês e promover a melhoria do sistema para a classe dominante.

Essa vertente da renovação do Serviço Social brasileiro, sistematizada nos encontros de Araxá e Teresópolis, é conhecida, conforme os estudos de José Paulo Netto, como Perspectiva Modernizadora. O vínculo com os movimentos sociais era inexistente, e alguns estudiosos veem esse movimento exatamente como uma resposta brasileira ao Movimento de Reconceituação Latino-Americano, que se caracterizava por discussões mais críticas sobre o sistema capitalista. A América Latina estava com seu Movimento de Reconceituação do Serviço Social em curso na década de 1960, que foi duramente prejudicado a partir da instauração da ditadura em muitos de seus territórios na década de 1970.

Interessante notar que a Perspectiva Modernizadora foi a única dentre as três que surgiram no Brasil, das quais ainda estudaremos duas, que orientou, por exemplo, na época, os estudos da profissão no Paraguai. Isto ocorreu justamente por ser a mais conservadora e que mais dialoga com uma política autoritária. O Paraguai esteve imerso em uma sangrenta ditadura que durou 1954 a 1989 e tinha um mesmo caráter

estrutural que a ditadura brasileira, que apoiava o imperialismo norte-americano, e suprimia quaisquer tipos de pensamentos contrários ao regime. No Paraguai, o estudo de caso, grupo e comunidade perdurou até 2001, com sua renovação do Serviço Social tardia se comparado aos demais países latino-americanos devido a essa especificidade de uma ditadura mais duradoura.

2.2. Reatualização do Conservadorismo

A segunda vertente conservadora brasileira do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, foi balizada através do encontro ocorrido entre os dias 20 a 24 de novembro de 1978, e sistematizado no conhecido como Documento de Sumaré. A convite do CBCISS, 25 assistentes sociais se reuniram no Centro de Estudos do Sumaré, no Rio de Janeiro, com a finalidade de perpetuar os estudos iniciados na cidade de Araxá dez anos antes. A intenção do encontro era retomar o documento gerado no encontro anterior e possibilitar novos questionamentos teóricos que se iniciaram com ele (CBCISS, 1986).

O preparatório para o Encontro consistiu em conhecer a opinião de vários (as) assistentes sociais em outubro de 1976 em uma pesquisa feita no II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em Recife. Segundo Aquino, os conferencistas e os temas apresentados nas conferências em Sumaré tinham uma característica diferenciada e que até então não tinham tido espaço de debate no interior da profissão, desde o início do Movimento de Reconceituação Latino-Americano. Em agosto de 1977 foram feitos ofícios a 276 assistentes sociais para sugestões sobre a retomada do Documento de Araxá, a fim de estudá-lo e reformá-lo (CBCISS, 1986). Como respostas, tiveram a opção da não alteração do Documento de Araxá e outra de questionar alguns elementos dele.

Como método do Seminário, foi proposto aos (às) assistentes sociais abordar as três temáticas relevantes levantadas por eles: a) o Serviço Social numa perspectiva do método científico de construção e aplicação do Serviço Social; b) o Serviço Social a partir de uma abordagem de compreensão, isto é, uma interpretação fenomenológica do estudo científico do Serviço Social; c) o Serviço Social a partir de uma abordagem dialética, isto é, teoria da interpretação com base no método dialético, entendido em sentido metodológico. A relação entre o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o objeto real visado por tal ciência (CBCISS, 1986).

Tais temáticas foram estudadas através de conferências, estudo de grupos e sessão plenária entre os congressistas. Foi evidenciado que não houve a intenção de chegarem a conclusões concretas sobre as temáticas, e sim contribuir para o processo de aprendizagem dos interessados (CBCISS, 1986). Segundo o grupo, o Serviço Social não havia alcançado o nível de ciência, e sim de uma disciplina profissional que sistematiza conhecimentos das ciências humanas e uma metodologia de ação (CBCISS, 1986). Entre outras concordâncias, para estes profissionais, o Serviço Social está em constante aperfeiçoamento de cunho teórico para embasar suas ações.

O VI Seminário de Teorização de Serviço Social realizado de 5 a 9 de novembro de 1984 em Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, consolidou esta segunda vertente brasileira no Movimento de Reconceituação Latino-Americano, conhecida, por meio dos estudos de José Paulo Netto (2015), como “Reatualização do Conservadorismo”. Segundo o documento gerado no Seminário, o objetivo do encontro foi uma aproximação entre a prática profissional do período com a proposta apresentada nos documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. Para isso, foram desenvolvidos estudos e palestras para compreender o contexto histórico e político em que foram desenvolvidos (CBCISS, 1988).

O documento comenta sobre a fração mais crítica do Serviço Social, a qual iremos estudar adiante. Segundo o documento gerado no encontro, não é suficiente que os segmentos do Serviço Social assumam a responsabilidade de se comprometer com as classes subalternas, pois:

é preciso também se redefinir a relação com estas classes através da consulta as mesmas sobre problemas que devem se constituir prioritariamente em objetos de investigação e intervenção, da socialização dos resultados das pesquisas, da realização de projetos de extensão e outras iniciativas que atendam aos seus interesses gerais. (CBCISS, 1988)

Justamente no momento histórico onde a redemocratização já era uma realidade e a ditadura cívico militar estava ruindo, este modelo veio como uma forma de apontar moldes renovadores ao mesmo tempo em que dialogava com sua herança profissional ligado ao conservadorismo e à religião. Segundo Aquino,

A nova roupagem do conservadorismo exigia e valorizava a elaboração teórica para as práticas profissionais, criticando os substratos recolhidos das Ciências Sociais. Em síntese, tratava-se da rejeição dos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista considerados inadequados para apreender a existência humana. (AQUINO, 2019, p 573-574)

A inspiração teórica da Reatualização do Conservadorismo, condensada nos documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista, é de inspiração fenomenológica, com o uso de fragmentos teóricos que dialogam com autores como Husserl e Heidegger. A principal expoente desta vertente no Serviço Social é a professora e assistente social Anna Augusta Almeida. A base teórica desta vertente também se aproxima de um tipo de personalismo de base psicossocial, tendo o diálogo como seu principal instrumento na relação com a pessoa e o que se entende por “transformação social” (esta última realizada desde os indivíduos). Os profissionais de Serviço Social viam nesta teoria uma espécie de “bondade” com o foco na pessoa, com uma posição respeitosa ao “cliente”, onde a pergunta principal a ser feita era “como você se sente com isso?”. A leitura era feita de forma pessoal e individualizante, não estrutural, ou seja, ainda tinha a visão da mudar o indivíduo para se adequar a sociedade.

Anna Augusta Almeida (1978) evidencia esta visão:

Convém recordar que a visão fenomenológica, ao introduzir a visão existencial no trabalho social, proporcionou uma abordagem que veio assegurar um quadro teórico de referência significativa mais adequado e apropriado à aplicação dos *insights* psicanalíticos à teoria psicossocial. Deste ponto de vista a realidade social, da qual as pessoas emergem como individualidades irreduzíveis e na qual realizam a sua experiência de vida, reflete os sinais das ações e interações significativas ocorridas nela. Sinais de comunicação, compreensão e transformação que compõem a história concreta da humanidade. (ALMEIDA, 1978, p.24)

Para exemplificar a prática profissional do (da) assistente social inspirada na teoria fenomenológica, exibirei uma situação hipotética: um pai que vai até o CRAS solicitar um auxílio para seu filho, sendo que é possível verificar que ele está passando fome. Ele, todavia, não percebe essa situação. Segundo esta teoria, não é papel do (da) assistente social mostrar ao indivíduo que ele vive uma situação de fome (sem o envolvimento dele próprio), pois se ele não a reconhece, ela não existe para ele (portanto, não existe). Segundo esta vertente, só é real um fenômeno que existe para a consciência do sujeito, que ela percebe, independentemente de existir na vida real.

Nota-se que essas duas vertentes conservadoras do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, de teorias de inspiração positivistas e fenomenológicas, são funcionais ao Estado autoritário pretendia. O indivíduo era o problema e deveria ser ajustado para ser posteriormente inserido no modo de produção capitalista. O projeto desenvolvimentista do Brasil, com grande industrialização, estava em voga, e era necessário um grande contingente de

trabalhadores (as) que cumprissem seu papel na ordem do capital e ao mesmo tempo fossem constantemente vigiados para serem bons trabalhadores (as) e cidadãos que não causassem problemas à sociedade capitalista. Este modelo societário sustentava-se amplamente em um governo autoritário que perdurou, no Brasil, por 21 anos e, ao mesmo tempo, assolou, de diferentes formas, toda a América Latina nas décadas de 1960, 1970 e 1980. O (a) assistente social era o braço do Estado justamente para manter a ordem social sendo que, nessas duas vertentes da renovação da profissão no Brasil, no período do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, a profissão manteve e reatualizou o conservadorismo. Sobre isso, Silva (2013) nos elucida:

Estas duas tendências se encontraram em um ponto fundamental: não teceram quaisquer críticas de ordem estrutural ou de qualquer espécie, direta ou indiretamente, à ordem monopólica e sua face totalitária no Brasil. Ao contrário: afirmaram-na por caminhos diferentes. (SILVA, 2013, p. 91-92)

2.3. A “Intenção de Ruptura” e o Método de Belo Horizonte

A terceira vertente é a que nos interessa e é o cerne deste trabalho. Trata-se da fração brasileira mais crítica do Serviço Social, plenamente inserida na tradição do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, gestada no início dos anos 1970 (entre 1972 e 1975), cunhada por José Paulo Netto como “intenção de ruptura”. Tal vertente trouxe à tona uma grande mudança na perspectiva e metodologia do Serviço Social brasileiro, inédita até então. Seus reflexos são sentidos até hoje na profissão e trouxeram suporte teórico e metodológico inicial que embasa o Projeto Ético-Político Profissional e o Código de Ética do Serviço Social que utilizamos atualmente.

Apesar de ser anterior no tempo histórico que a vertente da reatualização do conservadorismo, só pôde ser divulgada no final dos anos 1970, devido à grande repressão do momento histórico em que foi gestada, nos anos de chumbo da ditadura cívico-militar brasileira. O conhecido como “Método de Belo Horizonte” ou “Método de BH”, é o que sintetiza esse movimento. Não é um método com tópicos delineados e muito menos uma cartilha, e sim uma experiência formulada e vivenciada pela Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais (ESS-UCMG), na cidade de Belo Horizonte.

Importante ressaltar os antecedentes históricos que culminaram nessa experiência. Além da intensa repressão à população civil que se ampliou com a instauração do AI-5 em 1968, temos como resultado do modelo econômico adotado

pelos militares o arrocho salarial da classe trabalhadora e a diminuição imediata das condições de vida dos trabalhadores (as). Isto gerou uma grande insatisfação da pequena burguesia urbana, que se manifesta imediatamente no movimento estudantil composto por essa camada social. Surgiram, então, intensos movimentos contestatórios e de esquerda nos espaços de estudos e artes do país, assim como em setores progressistas da Igreja Católica.

Belo Horizonte era uma região altamente industrializada — faz parte do quadrilátero ferrífero — com muitos operários, um forte movimento sindical e estudantil. Foi em Belo Horizonte que os estudos do filósofo Padre Henrique Vaz de Lima, juntamente com militantes da Juventude Universitária Católica, influenciaram movimentos sociais à esquerda (BATISTONI, 2017, p. 141). É neste cenário de efervescência política e social que Belo Horizonte se torna um local propício para a experiência que culmina na vertente da intenção de ruptura vinculada ao Movimento de Reconceituação Latino-Americano e suas expressões particulares no Brasil.

Importante ressaltar que o fato desta experiência ter se desenvolvido em uma instituição de ensino católica, era um aspecto favorável tanto do ponto de vista da presença de forças progressistas católicas como também de um espaço seguro aos docentes e discentes. Nessas condições, foi possível formar uma resistência intelectual e política à esquerda sem sofrer com a repressão da Ditadura Civil Militar (BATISTONI, 2017, p. 141-142). As instituições religiosas eram justamente os locais onde os militares não imaginavam que um projeto à esquerda se desenvolvesse com tamanha envergadura.

Na liderança deste projeto da ESS-UCMG estavam as docentes Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. Elas assumiram a Escola no ano de 1969, mudaram a grade curricular e direcionaram seu projeto de formação e exercício profissional com o intuito de romper com o tradicionalismo no Serviço Social em suas implicações teórico-metodológicas e práticas (BATISTONI, 2017, p.142), hoje conhecido no Serviço Social como Método de Belo Horizonte. Tal método era uma espécie de revisão crítica do Método Básico Chileno, elaborado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Santiago, material este que as professoras de Belo Horizonte tiveram contato em um encontro em Caracas, na Venezuela, em 1969 (PAULA, 2019).

Com esta experiência sistematizada por Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, a formação dos (das) assistentes sociais na ESS-UCMG era inédita e totalmente diferente da metodologia sistematizada nas outras duas vertentes conservadoras brasileiras. Na equipe dos (das) docentes assistentes sociais da ESS-UCMG havia a influência da pedagogia de Paulo Freire, que no período — e hoje, em setores conservadores da sociedade — era proibido justamente pelo seu caráter emancipador.

As profissionais eram unidas ao Movimento de Educação de Base, que realizavam a prática da educação popular no ambiente rural com o objetivo de desenvolver as comunidades. O corpo docente era formado por uma equipe multiprofissional de áreas correlatas ao Serviço Social, como Sociologia, Filosofia, História e Ciências Políticas. As Ciências Sociais eram estudadas de maneira muito mais aprofundada, com interpretações críticas ao capitalismo dependente do Brasil e América Latina, assim como analisavam o significado do Golpe Militar brasileiro recente, dado em 1964, e suas consequências ao país. Segundo Batistoni (2017),

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS/UCMG efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Esses são demonstrativos das suas preocupações teórico-práticas, operacionalizando com consistência, rigor, inteligência e coragem mecanismos institucionais da universidade e determinados espaços do exercício profissional. (BATISTONI, 2017, p. 142)

A nova grade curricular da ESS-UCMG se firmou na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, instrumentalizado nas "unidades de ensino e aprendizagem" (UAs), até então sem precedentes nas demais instituições de ensino de Serviço Social no Brasil. Na prática de ensino, as UAs eram organizadas nos chamados projetos semestrais de aprendizagem (PSAs). Tais projetos se vinculavam ao "contato com a realidade", realizados através de programas de investigação e estudo, pesquisa e ação profissional que eram realizados semestralmente durante oito semestres, juntamente com as demais disciplinas. (BATISTONI, 2017, p. 143).

Havia as "equipes de prática", que se associavam às problemáticas de investigação de intervenção profissional. Neste caso, se baseavam em uma orientação multidisciplinar das matérias citadas acima, com o objetivo de ampliar a formação teórica e exercício profissional dos estudantes. As análises teórico

metodológicas eram guiadas através das extensões universitárias feitas nos campos de estágio, em locais do poder público como prefeituras e Legião Brasileira de Assistência (LBA). Isto gerava orientações profissionais para instituições já consolidadas.

É importante frisar que o "Método de BH" não se restringiu somente à capital mineira e se estendeu ao interior do Estado, tanto nas práticas profissionais como em suas referências teórico-metodológicas. Adentrou em cidades importantes economicamente para Minas Gerais, como Itabira, Contagem, João Monlevade e Formiga. Especialmente em Itabira foi amplamente utilizado, onde obedeceu a critérios e controles definidos antecipadamente, evidenciando o grande alcance do processo metodológico. Segundo Batistoni (2017),

O projeto profissionais da ESS/UCMG é expresso, em grande parte, no conhecido "Método de Belo Horizonte", que contém um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo, não apenas em geral no Serviço Social, mas tomando as formas particulares que assumiu na trajetória da própria escola — de sua criação, em 1946 a 1970. Dessa maneira, foi denominado como "Serviço Social tradicional" e tomado como inadequado à realidade latino-americana. (BATISTONI, 2017, p. 144)

O que se criticava sobre o Serviço Social tradicional utilizado inclusive na própria ESS-UCMG antes desta experiência, era a aparente "neutralidade" das teorias e práticas profissionais dos (das) assistentes sociais, que exerciam um papel conservador para desempenhar suas funções, voltadas para a defesa de interesses do Estado e da elite. Segundo o documento da UCMG, coloca-se em dúvida os referenciais teóricos utilizados que, quando não evidenciados, aparecem implícitos à atuação profissional quando se abordam os fenômenos sociais, a partir uma visão antagônica "entre a realidade e grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito-objeto" (ESS/UCMG, 1974, p. 6).

Essa crítica é exatamente sobre as metodologias utilizadas no Serviço Social importadas de outros países que não dialogam com a realidade brasileira e latino-americana. Reprova a visão de que o Serviço Social tem como objetivo ajustar os sujeitos à sociedade capitalista, guiados por referenciais teóricos funcionalistas. Ou seja, a crítica é direcionada ao Serviço Social Tradicional e à vertente da Perspectiva Modernizadora, que no momento se traduziam nos documentos de Araxá e Teresópolis (já que Sumaré e Alto da Boa Vista ainda não tinham ocorrido), que só atualizava o conservadorismo na profissão.

As (os) docentes da ESS-UCMG propuseram uma nova metodologia de formação e exercício profissional. No Método de Belo Horizonte, o objeto de atuação profissional é a "ação social da classe oprimida" e o objetivo era a "transformação da sociedade e do homem" através da "conscientização e capacitação e a organização" (ESS/UCMG, 1974, p. 19). Segundo Batistoni, essas definições trazem limitações e simplificações teóricas. Para ela,

Carregam as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista daquele momento, atualizando as marcas messiânicas no trato dos profissionais, mediados pelos processos educativos da "pedagogia do oprimido", inspirados na perspectiva de Paulo Freire, decorrendo uma visão polarizadora da sociedade, dividida entre opressores e oprimidos. (BATISTONI, 2017, p. 145)

Há aspectos fundamentais ao Método de Belo Horizonte que o diferencia das vertentes conservadoras brasileiras do Movimento de Reconceituação Latino-Americano. Um deles é a utilização de uma teoria própria de autores (as) brasileiros (as) e latino-americanos (as) que analisa o capitalismo dependente em seus territórios e seus desdobramentos sociais. A base metodológica é dialética inspirando-se na visão marxiana, de forma que a população atendida pelo Serviço Social não seja vista de forma individual, e sim no aspecto de indivíduos sociais inseridos no contexto de classe trabalhadora e explorada de um país de capitalismo dependente.

O objeto do Serviço Social se define, pois, em função: - da historicidade de toda prática social; - das características da situação brasileira enquanto uma realidade dependente; - das relações existentes entre as diversas classes sociais; - da relação entre ele e os objetivos profissionais. (SANTOS, 1983, p. 39)

No Método de Belo Horizonte a pobreza não é mais vista como um problema pontual de um ou outro indivíduo desajustado que deve mudar sua maneira de ser e agir para alcançar melhores condições de vida, mas sim como resultado de uma sociedade desigual que cria riquezas necessariamente a custo da pobreza. O indivíduo não deveria se ajustar para a sociedade, e sim a sociedade deveria mudar para que todos os indivíduos tivessem acesso ao que lhes é de direito.

Essa mudança de visão é crucial na perspectiva do Serviço Social, que passa a trabalhar *com e para* a classe trabalhadora. A partir disto, a base de atuação do Serviço Social passa a ser a *capacitação, organização e transformação social* com ênfase no coletivo (SANTOS, 1983, p. 42-44). Possui uma forte dimensão política: contra a ditadura, a favor da redemocratização do Brasil, formação crítica, militância e ligadas aos movimentos sociais. Exatamente por esse viés questionador do sistema

que só pôde ser divulgado no final dos anos 1970, quando a ditadura brasileira já era questionada por movimentos civis passaram a reivindicar o fim da ditadura cívico militar no Brasil.

Os referenciais teóricos utilizados no Método de Belo Horizonte também diferem muito das demais vertentes que reatualizaram o conservadorismo profissional no Brasil. Temos como principais os autores como o jesuíta Henrique C. de Lima Vaz que já citamos anteriormente, assim como Paulo Freire, o marxismo trazido por Althusser e autoras Althusserianas latinas como a chilena Marta Harnecker e inspiração de cunho maoísta no próprio marco referencial teórico da ESS-UCMG.

Uma crítica recorrente sobre os autores que dão embasamento ao Método de Belo Horizonte é justamente por ser um “marxismo sem Marx” (QUIROGA, 1989, IAMAMOTO, 1998), já que são utilizados autores que o interpretam, mas não a sua própria obra. É de suma importância lembrar que a experiência da ESS-UCMG foi formulada no período ditatorial brasileiro, época em que portar obras de Marx era passível de prisão. Logo, apesar de longe do ideal, basear-se em autores que explicam as teorias marxianas era de mais fácil acesso no momento histórico vivido. Contudo, é evidente que se perde o cerne da obra baseando-se em suas interpretações ao invés de em sua originalidade e que isto influencia negativamente no embasamento e prática profissional do Serviço Social.

A diversidade de autores utilizados mostra os traços heterogêneos que embasam teoricamente o Método de Belo Horizonte. O ecletismo era tamanho que Quiroga chama de “invasão às ocultas do positivismo no discurso marxista” (QUIROGA, 1989). Apesar de um marco na profissão, as teorias foram utilizadas de maneira superficial e mostram mais o caráter do militantismo do que propriamente o de embasamento científico. Para Batistoni (2021), a pluralidade teórica estabeleceu simultaneamente uma tensão teórica com desdobramentos problematizadores.

A experiência da USS-UCMG teve fim no ano de 1975. Batistoni, que vivenciou esta experiência, nos detalha:

A proposta reconceituadora da Escola foi interrompida em 1975, em meio a crise interna tensa, na dinâmica contraditória de uma greve estudantil que radicalizava os próprios avanços e conquistas coletivamente desbravadas por docentes e discentes, mas que, na pressão conjuntural e sob ações subterrâneas de forças conservadoras do meio profissional, gerou o pedido de demissão de todos os professores e equipe dirigente, acatado pelas instâncias superiores da UCMG. Paradoxalmente, seu desfecho ocorreu

quando se alargava a crise da ditadura militar e se enunciavam as primeiras manifestações abertas de resistência e oposição. A rica e intensa experiência, de curtíssimo tempo, ficou inconclusa na trajetória profissional. (BATISTONI, 2021, p. 88)

Bastistoni finaliza:

Por fim, ressaltamos um elemento pertinente a todo Movimento de Reconceituação, do qual o projeto da Escola mineira foi uma de suas expressões singulares: a busca insistente por uma unidade profissional para responder aos desafios comuns da América Latina, um sentido de latinidade e continentalidade por Nuestra América. Desafio que, para nós, assistentes sociais brasileiras (os), sob a ditadura empresarial-militar com anseios a ações subimperialista, revelou-se como mais uma das trincheiras de resistência. Um legado que, nestes tempos sombrios, sinaliza mais uma linha de força a ser cunhada nas possibilidades concretas do presente, pois o futuro será o que dele fizermos. (BATISTONI, 2021, p.89)

Em suma, o Método de Belo Horizonte foi um marco no Serviço Social brasileiro, realmente rompendo com o viés tradicional utilizado até então. Através dele e inspirado em seu legado, a profissão passou a produzir conhecimento como área das ciências humanas, ter sua formação e condutas profissionais com o viés crítico. Ao compreender o conceito da dialética e de totalidade em Marx, os (as) assistentes sociais no Brasil passaram a interpretar a realidade em sua integralidade e manter como objetivo profissional a emancipação da população atendida e a veicular para a garantia de direitos. Mas essa perspectiva, em plena construção até os dias atuais, se adensaria nas décadas de 1980 e 1990.

Capítulo 3 - O legado do Movimento de Reconceituação latino-americano e a renovação crítica do Serviço Social brasileiro

3.1. Coexistência e tensões entre as vertentes brasileiras

No final dos anos 1970, temos consolidadas as três vertentes da Renovação do Serviço Social no Brasil, no interior do Movimento de Reconceituação latino-americano: a) perspectiva modernizadora, condensada nos documentos de Araxá e Teresópolis de cunho positivista, que era uma modernização conservadora; b) reatualização do conservadorismo, até então representada pelo documento de Sumaré, com inspiração teórica fenomenológica; c) intenção de ruptura, representada pela experiência da ESS-UCMG e chamada de “Método de Belo Horizonte”, com base dialética e forte interlocução com o movimento operário e estudantil da capital mineira.

As três vertentes desta renovação inspiraram este período, disputando hegemonia teórica no Serviço Social. Segundo Silva,

[...] independentemente da matriz teórica considerada e de suas diferenças, os ganhos foram importantes e absolutamente necessários: *maior densidade teórica temperada por estudos mais sólidos (ainda que ecléticos); indicação de alternativas em relação ao “Serviço Social tradicional” (ainda que marcadas pela epistemologismo); e maior abertura da profissão para um diálogo salutar com diferentes setores das ciências Humanas e Sociais (o que não é pouco).* (SILVA, 2013, p.102)

Enquanto essas vertentes coexistem, a ditadura cívico-militar brasileira se deteriora. É no final da década de 1970 que a redemocratização do país se torna inevitável, em grande parte por conta da grande pressão popular em que os (as) assistentes sociais da fração mais crítica se incluíam. Com relação ao Serviço Social no período, Netto nos elucida:

A dialética entre o Serviço Social no país antes e durante/depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra, nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões; é uma tensão entre vetores de transformação e permanência — e todos compõem, em medida desigual e metamorfoseados, na resultante em que, indubitavelmente, predomina o novo. (NETTO, 2015, p. 178)

O próprio fim do Método de Belo Horizonte mostra sua criticidade e o quanto ele difere das demais vertentes brasileiras, mais ou menos inspiradas em traços do Movimento de Reconceituação latino-americano do Serviço Social. A experiência da ESS-UCMG foi interrompida em 1976 após uma greve de estudantes que resistiam à

ditadura e reivindicavam questões acadêmicas. As autoridades nacionais de segurança requisitaram à UCMG os nomes dos líderes deste movimento justamente com o intuito de repressão. Para preservar os discentes, houve uma renúncia coletiva de mais de trinta professores da ESS-UCMG, que culminou com o fechamento do curso por um certo período e conseqüentemente o fim do “Método de BH”.

Foi de grande importância para o amadurecimento teórico do Serviço Social a implementação de pesquisas na área, tendo os primeiros mestrados da área em 1972, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP e da PUC-RJ, além do doutorado a partir de 1980. O fomento da pesquisa junto ao CNPQ foi essencial para abranger o Serviço Social como área do conhecimento e não apenas uma profissão que bebia de outras áreas das ciências humanas. Passou assim a produção de embasamento teórico-metodológico fundamentado em pesquisas feitas por autores brasileiros que, a partir do “Método de BH”, investigam a sociedade em que vivem com a compreensão da totalidade de que o Brasil é um país de capitalismo dependente.

Até 1979 havia a hegemonia da vertente da modernização conservadora, tendo vários debates sobre ela nos seminários de teorização realizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais). O CBCISS, até então, era o maior responsável pelos debates nos cursos de graduação e pós-graduação das Escolas de Serviço Social e impunha sua orientação à formação profissional e organização da categoria e no mercado de trabalho. Era através dos eventos realizados pelo CBCISS que os (as) assistentes sociais podiam dialogar sobre suas práticas profissionais e as metodologias que as fundamentam, já que a ditadura cívico militar em voga não permitia muitos espaços coletivos para debates. (AQUINO, 2019).

Sobre os (as) assistentes sociais no período, afirma Iamamoto (2007):

Muitos se mostraram dóceis às orientações conservadoras e tecnocráticas a serviço do grande capital, ante a expansão do braço repressivo do Estado. Ali também foram sufocadas as primeiras iniciativas críticas que, durante o período desenvolvimentista, tiveram lugar nos trabalhos comunitários e de educação popular com apoio nas contribuições do educador brasileiro Paulo Freire. (IAMAMOTO, 2007, p.27)

Os (as) assistentes sociais mais relevantes se concentram no CBCISS para difundir os principais fundamentos do desenvolvimento da particularidade brasileira no Movimento de Reconceituação Latino-Americano e suas manifestações

internacionais (CBCISS, 2002). Das três direções da renovação do Serviço Social brasileiro, duas delas – a modernização conservadora e a reatualização do conservadorismo – têm o CBCISS como representante central. Com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro no período ditatorial em prol dos grandes monopólios, os (as) assistentes sociais foram inseridos em setores geridos pelo capital, além dos aparelhos burocráticos do Estado. O crescimento econômico gerou um novo mercado aos profissionais do Serviço Social, onde surgiu o "Serviço Social de empresa". A vertente da modernização conservadora foi amplamente utilizada nesse sentido nesse novo contexto econômico. Segundo Aquino,

A “modernização conservadora” exigiu um novo padrão de desempenho profissional, associado à racionalidade burocrático-administrativa da “modernização”, que passou a requisitar do assistente social uma postura moderna no sentido de compatibilizar seu desempenho com normas, fluxos e rotinas. A prática teve que se revestir com características formais e processuais, possibilitando o seu controle e verificação, segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e sua interseção com outros profissionais. A modernização conservadora revela-se nesse domínio, na base da legitimidade profissional, nas exigências do mercado de trabalho e do quadro de formação que redefinem o Serviço Social. (AQUINO, 2019, p. 571-572)

Segundo exposto pela autora, as diferentes vertentes brasileiras da renovação do Serviço Social brasileiro buscavam fundamentar os elementos do processo profissional dos (das) assistentes sociais. Para isso, utilizaram diversas fontes teóricas, ideológicas e culturais. A modernização conservadora foi amplamente utilizada nos anos de chumbo da ditadura brasileira, onde obteve hegemonia justamente pela sua interlocução com o sistema econômico e político do Estado autoritário. Ou seja, mantinha o conservadorismo na profissão, contudo utilizando um arcabouço teórico maior.

Com as vertentes da reatualização do conservadorismo e principalmente na intenção de ruptura, foi estabelecido na profissão um pluralismo teórico, ideológico e político que questionava o monopólio da tradição teórico metodológica positivista utilizada até então. A partir do explícito enfraquecimento da ditadura cívico militar e a redemocratização brasileira como questão de tempo, foi aberto o espaço para a introdução de interpretações do marxismo como base teórica do Serviço Social, sintetizada na vertente de intenção de ruptura. É nesse momento histórico que o legado do “Método de BH” é recuperado e submetida à crítica, o que subsidiou o debate e as lutas dos anos 1980 e 1990.

3.2. A renovação crítica do Serviço Social brasileiro

O interesse pelo Método de Belo Horizonte no interior da profissão se iniciou desde quando sua divulgação ainda era restrita pelos motivos elencados anteriormente. No XVIII Convenção da ABESS, em São Luís (MA), já existia o debate sobre uma revisão curricular para a formação dos (das) assistentes sociais, onde parte dos representantes qualificaram o projeto da ESS-UCMG como relevante para como embasamento para este novo projeto. Na XIX Convenção da ABESS, ocorrida em Piracicaba (SP), em 1975, a temática foi sobre a Reconceituação, onde novamente o “Método de BH” foi retomado. A Assembleia Geral decidiu que a discussão seria retomada na próxima convenção dois anos depois, e a convenção seguinte postergou novamente a decisão para a Convenção de 1979 realizada em Natal (RN). (SILVA, M.L.O, 2019)

Finalmente, na XXI Convenção da ABESS em 1979, na cidade de Natal (RN), o tema central foi a discussão e aprovação sobre o currículo mínimo dos cursos de Serviço Social. Houve um intenso embate teórico e ideológico entre as posições divergentes sobre a orientação da formação profissional do (da) assistente social. Importante enfatizar a atuação da professora Nadir Kfoury nesta convenção, que foi essencial para o avanço da proposta de alteração na formação profissional defendida por docentes com orientação crítica do Serviço Social. Ela defendeu fortemente que esse viés crítico deveria estar presente na formação dos profissionais de Serviço Social (SILVA, M.L.O, 2019, p. 64).

A vertente da Intenção de Ruptura só passou a ser hegemônica durante a redemocratização do país e com a participação de entidades do Serviço Social que se revelaram no “Congresso de Virada” em 1979. O conhecido “Congresso da Virada” foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em São Paulo, no ano de 1979, que mudou os parâmetros da profissão, tornando-a crítica e ligada à população e aos movimentos sociais. Compreender sua importância na ruptura com o Serviço Social tradicional e reflexos até hoje na profissão é fundamental para o (a) assistente social.

Grande parte dos (das) assistentes sociais presentes no Congresso estavam descontentes pelo evento ter sido organizado pelo conjunto CFAS/Cras, que hoje é CFESS/CRESS, por estas organizações serem hegemonicamente formadas pelos

setores mais conservadores da profissão. Os movimentos da população civil deixavam explícito que a ditadura cívico militar estava em seu fim e a sociedade, inclusive o segmento mais crítico da categoria dos (das) assistentes sociais, lutavam pela redemocratização do país. A vertente crítica do Serviço Social não era a favor do governo autoritário e demonstrou explicitamente o seu posicionamento. Estes profissionais insatisfeitos não se calaram e fizeram objeções perante a organização do Congresso.

Elaboramos um documento das entidades sindicais a ser divulgado, panfletado e trabalhado com a categoria durante o congresso e cuja nota apresentava os seguintes pontos: repúdio ao convite a representantes da ditadura militar para estar na mesa de abertura do congresso, críticas à limitada participação dos estudantes, ao preço alto das inscrições, à definição de temas e setorização dos debates, à ausência de participação da categoria em todo o processo. (ABRAMIDES, 2017, p. 185)

Estas manifestações contrárias dos congressistas perante a comissão organizadora tiveram grande repercussão. Resultaram na “destituição da comissão de honra, sendo que no encerramento foram convidados representantes dos movimentos sociais combativos como referência de lutas” (ABRAMIDES, 2017, p.186). Esse movimento deixou evidente o rompimento e a desvinculação da profissão com projetos conservadores e modernizantes. Na mesa de encerramento do Congresso, ao invés de representantes da ditadura (como a vertente conservadora pretendia), estavam representantes dos movimentos sociais, com nomes de peso como Erundina e Luiz Inácio Lula da Silva.

O Livro de M.L.O Silva (2019) nos detalha sobre o “Congresso da Virada”:

A crítica de profissionais e estudantes ao CBAS *estava latente*, e as entidades sindicais que estavam organizadas assumiram a sua direção política, por decisão da categoria, que culminou *na virada do congresso com assembleias diárias de deliberação de seu rumo*. Esse momento *emblemático perfila a direção social da profissão*, em que a categoria se reconhece como parte da classe trabalhadora, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, em sua condição de assalariamento, participe do trabalho coletivo, cujo compromisso assumido é com a classe trabalhadora na luta por seus interesses imediatos e históricos. (SILVA, M.L.O, 2019, p. 41)

Como vimos, a partir de então, temos realmente uma “virada” profissional do Serviço Social, após um longo processo de lutas travadas na segunda metade dos anos 1960 e durante os anos 1970. A profissão aliou-se às lutas sociais e indicou que o projeto profissional dos (das) assistentes sociais seria pautado no pensamento crítico marxista. O viés conservador e tecnicista requerido pela ditadura brasileira e amplamente utilizado foi finalmente perdeu sua presença hegemônica. O “Congresso

da Virada” tem também um grande significado político que repercutiu na formação e no trabalho profissional do (da) assistente social, culminando nas teorias feitas por seu segmento crítico para embasar as premissas da profissão, como as Diretrizes Curriculares, Projeto Ético-Político do Serviço Social e Código de Ética profissional.

Daí em diante temos os chamados “30 anos Gloriosos” do Serviço Social, termo cunhado por José Paulo Netto. São pesquisas feitas por profissionais da fração mais crítica do Serviço Social, que estudaram temáticas compreendendo criticamente o conceito da dialética e de totalidade para a formação da sociedade e economia brasileira, que faz parte da periferia do capitalismo e que depende dos países centrais. Tais trabalhos expressaram maior rigor técnico que colocaram o Serviço Social como área das humanidades produtoras de conhecimento. Os “30 anos gloriosos” abarcam o período de meados da década de 1970 até o início dos anos 2000.

Ao mesmo tempo, a profissão participou intensamente do processo de redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980, que culminou com a eleição indireta de Tancredo Neves para Presidente da República e a promulgação da Constituição de 1988.

José Paulo Netto (1995) explana sobre a renovação do Serviço Social nesse contexto:

Em poucas palavras: o que a renovação profissional fez, através da elaboração dos formuladores cujo esforço examinamos em nossa crítica (os quais, repita-se, são apenas um limitado estrato do conjunto de profissionais que se empenhou em repensar diferencialmente o seu exercício técnico e social), foi construir um acúmulo interior do qual é possível reconhecer — insista-se: pela primeira vez na história do Serviço Social nestas plagas — as tendências fundamentais que mobilizam as classes e os grupos sociais brasileiros no enfrentamento dos problemas da economia, da cultura e da história. (NETTO, 2015, p. 390)

Marilda Iamamoto e Rosângela Batistoni são professoras e assistentes sociais que vivenciaram o “Método de BH” e constituem desde então como parte desta fração mais crítica da profissão. Outros autores fundamentais ao Serviço Social, que fazem parte dos “30 anos gloriosos” com trabalhos de referências na área e que seguem uma diversa linha teórico-crítica são: Ana Elizabete Mota, e Maria Beatriz Abramides, Nobuco Kameyama, Ivete Simionatto, Maria Lúcia Silva Barroco, José Paulo Netto, Maria Lúcia Martinelli, Ozanira Silva e Silva e o grupo do Estado do Maranhão, Maria Carmelita Yazbek, entre outras (os). Mais recentemente, Elaine Behring, Yolanda Guerra, José Fernando Siqueira da Silva, entre outros (as).

3.3. O projeto ético-político profissional e as mudanças no trabalho e na formação profissional

A situação política do Brasil nos anos 1980 foi complexa. Conforme explicitado anteriormente, havia um grande descontentamento popular contra o regime autoritário, em que a categoria dos (das) assistentes sociais se fez presente. No ano de 1985, após mais de vinte anos, a ditadura cívico militar finalmente chegou ao seu fim. O clima geral do país era de otimismo. Em 1988 temos promulgada a nossa Constituição Federal, conhecida como “Constituição Cidadã”, que representa um marco na garantia de direitos à população. Fruto da luta legítima e coletiva da população contra o autoritarismo e a favor dos direitos e liberdades. Dentre suas particularidades, temos os direitos aos trabalhadores (as) rurais, população indígena, população negra e demais minorias sociais.

Com as mudanças sociais ocorridas na década de 1980, temos novas discussões internas da profissão. Segundo Netto (1999),

Entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. (NETTO, 1999, p.13)

Nesse contexto de garantia de direitos à população, temos na década de 1980 e 1990 intensas discussões coletivas sobre a profissão, onde temos a implementação de novas Diretrizes Curriculares, Projeto Ético-político e Código de Ética que embasam o Serviço Social. Referentes à mudança de currículo dos (das) assistentes sociais, uma primeira revisão foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em agosto de 1982, com importantes ganhos para a vertente Intenção de Ruptura, inicialmente sistematizada pelo Método de Belo Horizonte. A década de 1980 foi essencial para que esta vertente se consolidasse academicamente no Brasil. Segundo Bravo (1996) nos apresenta, os profissionais ligados à intenção de ruptura travaram um intenso combate nas academias pelo Brasil, se contrapondo a pesquisadores de outras matrizes teórico-metodológicas. Como vimos, a vertente só passou a ser hegemônica a partir da ruptura com o Serviço Social tradicional com o “Congresso da Virada” em 1979.

A intensidade dos debates teóricos do Serviço Social durante as décadas de 1970 e 1980, contribuíram para a maturidade intelectual e política da profissão e

levaram aos rumos profissionais sistematizados nos anos de 1990 que perduram até os dias atuais. Para uma atuação crítica, é essencial uma formação de qualidade. Na elaboração coletiva da formação para o Serviço Social crítico adensado pelo Projeto Ético-Político da profissão, temos a formulação das Diretrizes Curriculares, que adensou a proposta curricular iniciada em 1982. Esta foi formulada a partir de um debate coletivo entre a categoria profissional dos (das) assistentes sociais e consolidou um projeto profissional comprometido com valores democráticos e ligados diretamente à classe trabalhadora. (SILVA, M.L.O, 2019, p. 72).

O processo demandou tempo e esforço coletivo. As atuais Diretrizes Curriculares foram aprovadas em 1996, após serem aprovadas pela Assembleia Geral do Rio de Janeiro. Anteriormente, foram realizadas mais de 200 Oficinas Locais, 25 Oficinas Regionais e 2 Oficinas Nacionais, onde as propostas curriculares foram debatidas de forma democrática e participativa com as representações profissionais e estudantis das instituições filiadas dos cursos de Serviço Social do país (ABES, 1997). Logo, temos o desenvolvimento da profissão tal qual conhecemos consolidado nos anos 1990 (Iamamoto, 1998).

João Paulo Netto nos elucida sobre o Projeto Ético Político da profissão, que conquistou hegemonia no Serviço Social na década de 1990:

No trânsito dos anos oitenta aos noventa do século XX que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica – e, qualificando-a como básica, queremos assinalar o seu caráter aberto: mantendo seus eixos fundamentais, ela é suficientemente flexível para, sem se descaracterizar, incorporar novas questões, assimilar problemáticas diversas, enfrentar novos desafios. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. (NETTO, 1999, p.15)

O eixo central do Projeto Ético-Político do Serviço Social é a liberdade. Ou seja, defende os direitos humanos e sua pluralidade e repudia todas as formas de preconceito. Este projeto profissional se articula à realidade e busca a construção de uma nova ordem social sem quaisquer tipos de dominação como classe, gênero e sexualidade (NETTO, 1999, p.15). Se mantém ao lado da equidade e justiça social, com o intuito de acesso universal aos direitos, bens e serviços das políticas públicas. Tal Projeto é democrático no sentido da participação popular na política e da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 16).

No sentido prático da profissão, o Projeto se manifesta no compromisso com o aperfeiçoamento teórico e intelectual do (da) assistente social. Para isso, é

fundamental uma formação acadêmica e qualidade, com diretrizes curriculares e viés teórico-metodológico crítico e embasado para suas intervenções. É essencial o comprometimento com a qualidade dos serviços para a população atendida e a importância de se articular com outras categorias profissionais.

Temos também a criação de um novo Código de Ética profissional do Assistente Social. O atual Código de Ética do (da) Assistente Social é de 1993, adensado ao que foi elaborado em 1986. Segundo Chaves e Oliveira (2017) o Código de Ética de 1993, que está em vigor,

Procurou se embasar em categorias universalizantes sob o ponto de vista de inclusão das diversas classes sociais e na dimensão ontológica do ser social, da sua forma de ser e reproduzir-se socialmente e, sobretudo, na elaboração sistematizada do que se convencionou chamar de Projeto Ético-Político profissional. Procurou, também, instrumentalizar a categoria profissional frente aos embates e desafios da conjuntura nacional, inserida nos processos de globalização e do neoliberalismo, que vão produzir grandes e imprevisíveis mudanças nas relações sociais de produção e na organização da vida social no momento atual. (CHAVES, OLIVEIRA, 2017, p. 156-157)

O Código de Ética de 1993 sofreu alterações em 1994, 1996 e 2011. As correções formais foram feitas enumerando os princípios fundamentais do código, inserindo as novas regras ortográficas e colocando a linguagem de forma masculina e feminina simultaneamente. No sentido do conteúdo, tirou-se os termos "opção sexual" por "orientação sexual", incluindo também a "identidade de gênero". Tais alterações são muito mais do que por mero formalismo, e reafirmam valores do Projeto Ético-Político que inserem as novas discussões referentes aos direitos da população LGBTQIA+.

A formação do (da) assistente social, em qualquer instituição conveniada, deve estar de acordo com as Diretrizes Curriculares. Segundo a ABEPSS, as Diretrizes Curriculares do Serviço Social definem pressupostos, princípios e diretrizes para a formação profissional. com uma nova lógica no currículo e a organização dos conhecimentos em três núcleos: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. É com base nesses três eixos que se tem a formação profissional do (da) assistente social, que garante uma formação crítica ao profissional (ABEPSS, 2000).

3.4. Desafios atuais no campo da formação e do trabalho profissional.

Neste período histórico o Serviço Social já havia transcorrido por todo o movimento de renovação profissional elencado durante toda esta pesquisa. Uma profissão delineada com embasamento teórico metodológico e Diretrizes Curriculares vinculados à formação crítica. Ou seja, temos todo o contexto favorável para a efetivação de direitos da população, onde o agente central era a figura do (da) assistente social. Contudo, o baque se inicia já nos anos 1990, com a implementação paulatina do modelo econômico neoliberal no Brasil. Este breve respiro de direitos à classe trabalhadora foi momentâneo, e o que temos progressivamente é a realidade objetivamente posta da perda de direitos, diminuição do padrão de vida do trabalhador e o aumento da desigualdade e da pobreza. É nesse contexto caótico que o (a) assistente social passa a trabalhar.

A neoliberalização das relações de trabalho se intensifica cada vez mais e perpassa por toda a sociedade e é feroz com a classe trabalhadora, inclusive a categoria dos (das) assistentes sociais. A precarização do trabalho e flexibilização das leis trabalhistas se visualizam em: realização de pregões eletrônicos com o intuito de contratar o profissional que cobra o menor valor, terceirizações através de Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Sociais (OS), e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), onde o (a) assistente social para a trabalhar ao meio privado ao invés de em serviços públicos; o incentivo para a criação de bancos de peritos na área sociojurídica, o teletrabalho estabelecido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (resolução INSS n. 681, 2019, p. 8-9) e outras tantas formas de contratação de assistentes sociais de forma terceirizada que afetam o complexo CRAS-CREAS e os Centros Pops (RAICHELIS, 2020, p. 25-28)

Sobre o neoliberalismo no cotidiano profissional, Santana e Silva (2020) nos elucidam:

A novidade é que esta tendência tem deixado de ser exceção para se constituir na regra para a compra de trabalho profissional. As tradicionais formas de contratação laboral sustentadas em concursos públicos responsáveis por contratos de trabalho mais sólidos e protegidos, têm sido substituídas por formas que radicalizam a precarização e a flexibilização em todas as esferas da vida social: intensificação da terceirização e da contratação temporária por projeto/atividade na direção da prestação de serviços cada vez mais "uberizados", fragmentados, com péssimas condições de trabalho, mais impessoais, mal pagos e sem direitos. (SANTANA, SILVA, 2020, p. 364)

O neoliberalismo está por toda a parte no cotidiano do (da) assistente social: em suas próprias relações de trabalho, nas relações de trabalho precarizadas de seus

usuários e agora também em sua profissionalização. O Ensino a Distância (EADs) já é uma realidade no Serviço Social desde finais dos anos 1990. Nesse modelo, a formação justamente deixa de ser crítica para se tornar puramente mercadológica. Os currículos são flexibilizados, sem efetivar o tripé ensino, pesquisa e extensão. (SILVA, M.L.O, 2019, p. 74). Segundo Iamamoto (2017), "isto ocorre em um contexto no qual o ensino superior passa a ser visto como um "negócio educativo", e não como um direito social" (IAMAMOTO, 2017, p. 32).

Os profissionais que se formam nessa configuração de EAD saem da graduação com o potencial de operacionalizar as políticas públicas, contudo sem compreender traços essenciais, como o motivo pelos quais elas se fazem necessárias, o básico da formação social do país e sua população. Sem esses conhecimentos, tais profissionais passam a reproduzir o conservadorismo, que é cada vez mais latente na profissão. O senso crítico do (da) assistente social é fundamental em seu exercício profissional, e é exatamente essa peça fundamental que está sendo relegada em detrimento dos lucros dos grandes conglomerados da educação, cada vez mais poderosos e aliados ao Estado.

Fora isso, temos ainda o sucateamento das universidades de excelência na área já existentes. A educação pública é cada vez mais precarizada e desprestigiada, o número de bolsas de pesquisas é diminuto e as políticas inclusivas e de permanência estudantil não são suficientes. Além disso, temos a privatização do financiamento educacional, a destruição de e criminalização dos espaços formativos, vistos como um gasto alto e desnecessário. A precarização do ensino serve ao capital, pois, ao mesmo tempo em que gera elevado lucro, forma profissionais acríticos que são necessários para a manutenção do sistema econômico vigente.

Iamamoto (2017) nos mostra as condições de trabalho insuficientes para o atendimento à população em que o (a) assistente social trabalha:

Registra-se a carência de arquivos com chaves para a guarda de material sigiloso; as salas são inadequadas, com a presença de outras pessoas no ambiente de entrevistas reservadas que afetam o direito ao sigilo profissional do cidadão atendido pelo assistente social no que se refere à sua individualidade, o que deve ser respeitado no trabalho interdisciplinar. Constata-se em muitas das entidades empregadoras ausência de infraestrutura básica para a realização do trabalho profissional (telefone, computador, impressora, acesso à internet, carro para visitas domiciliares e intercâmbios interinstitucionais) (IAMAMOTO, 2017, p.29).

Tais condições interferem diretamente no trabalho do (da) assistente social junto à população. A realidade atual é que as condições objetivamente postas de trabalho do profissional de Serviço Social por si só já vão na direção oposta de seu Projeto Ético-Político Profissional e Código de Ética. Sendo assim, o profissional é obrigado a trabalhar com recursos insuficientes que não garantem os direitos básicos de seus atendidos e nem a sua como profissional.

Importante ressaltar a explanação de José Paulo Netto, na coletânea organizada por Marcelo Braz, sobre a realidade que o (a) assistente social se depara com no ambiente profissional:

O elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial. Esta centralização, que opera a efetiva redução do Serviço Social à "profissão da assistência", teve início no período Fernando Henrique Cardoso e vem sendo aceleradamente induzida desde 2003 — o Estado "lulista" perfila-se como um Estado assistencialista. Se é preciso afirmar que, num país como o Brasil, onde a "dívida social" é insuportável, a assistência é compulsória, é igualmente necessário afirmar que a redução do Serviço Social à "profissão da assistência" configura uma enorme regressão. Tal redução entroniza nos meios profissionais o mito da assistência, tornando um verdadeiro fetiche. (BRAZ, M. 2017, p.311-312).

É indispensável que o profissional de Serviço Social seja visto não apenas como profissional da assistência. As áreas que eles são necessários são muitas — ainda que em números insuficientes na atualidade — como na saúde, educação, segurança e sociojurídico. O (a) assistente social é capacitado para lidar com situações complexas que são reflexos da questão social, de maneira a viabilizar os direitos garantidos à população atendida.

Nesse contexto, é papel do (da) assistente social não se deixar iludir presumindo que ao efetivar direitos e operacionalizar programas de transferência de renda a pobreza e a desigualdade no Brasil será resolvida. A crença que as reformas e um “capitalismo humanizado” são capazes de suprir as desigualdades inerentes ao sistema capitalista é apenas uma simplificação que desqualifica a profissão e reafirma ilusões. Ao (a) assistente social, a afirmação de direitos é insuficiente e a solução é a real possibilidade da Revolução. O retorno a Marx é essencial para o debate do Serviço Social e a efetiva emancipação humana pretendida pela profissão, embora não se limite, em hipótese alguma, a ela.

Ricardo Antunes (2005) nos dá caminhos que devemos resgatar para uma nova ordem social emancipadora com quatro pontos principais. 1- alterar a lógica de

produção para produtos com valores de uso, ao invés de valores de troca. 2- o tempo disponível do trabalhador deve ser para produzir coisas socialmente úteis. 3- realizar mudanças que incluem interesses da classe trabalhadora, como a redução da jornada de trabalho (ANTUNES,2005, p. 189-190). 4 - " reinventa um projeto socialista global que resgate os valores mais essenciais da humanidade" (ANTUNES, 2005, p. 190).

Considerações finais -

Neste trabalho de conclusão de curso foram apresentadas as bases do Serviço Social brasileiro, as características centrais das vertentes brasileiras do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, sua repercussão e hegemonia no Serviço Social e os desafios do (da) assistente social na atualidade. Três pontos centrais ficam em evidência.

O primeiro é de que o modelo econômico adotado pelos países latino-americanos é indissociável do processo de Reconceituação Latino-Americano do Serviço Social. Como o foco é no Brasil, fica explícito que a renovação da profissão ocorreu primeiramente com traços conservadores que reiteram características do Serviço Social tradicional. Justamente por seu modelo econômico desenvolvimentista exigir mudanças na atuação do profissional de Serviço Social, porém atrelado ao desenvolvimento econômico. Posteriormente, os (as) assistentes sociais se debruçam sobre suas bases teórico-metodológicas e detêm um posicionamento crítico à ordem burguesa, rompendo a subordinação da profissão aos interesses econômicos do Estado autoritário.

O segundo ponto fundamental é que as bases iniciais para a constituição da fração mais crítica do Serviço Social brasileiro não se separam do movimento concreto da história. Este trabalho explicita como o Serviço Social reage perante a realidade objetivamente posta por sua História, desde seu início no governo Vargas, perpassando e se inovando teórica e profissionalmente pelo governo autoritário de uma ditadura cívico-militar com influência norte americana até a sua redemocratização conquistada pela luta da população civil, incluindo a fração mais crítica da categoria dos (das) assistentes sociais.

O terceiro ponto é como a fração mais crítica do Serviço Social rompeu com as bases iniciais da profissão e mudou sua perspectiva profissional. A mudança foi tão profunda que culminou na Renovação do Serviço Social, que levou os (as) assistentes sociais na direção dos movimentos sociais, da classe trabalhadora e na viabilização de direitos. Para isso, foram sistematizadas nos anos 1990 novas Diretrizes Curriculares, um Projeto Ético-Político Profissional e Código de Ética, que estão vigentes na profissão até a atualidade.

Conjuntamente a esse processo de reestruturação produtiva e o impacto no mundo do trabalho — que no Brasil se inicia no Brasil já nos anos de 1990 — temos o crescimento de uma extrema direita raivosa que é contrária a diversos direitos sociais conquistados até então através de lutas. Logo, para a defesa do Projeto Ético Político do Serviço Social é essencial que o profissional de Serviço Social combata também a extrema direita.

A análise histórica da profissão elencada durante todo este trabalho é temática fundamental para a compreensão das bases teóricas do Serviço Social brasileiro, bem como para conceber a posição que a América Latina detém no mundo, não somente no campo do Serviço Social, mas em sua sociedade. O Serviço Social é apenas uma fração disso, como um dos componentes desta complexa sociedade.

Compreendo que a bibliografia e o referencial teórico-metodológico vinculados à teoria social da Marx utilizados durante esta pesquisa foram eficazes para fornecer as informações vitais para a compreensão e investigação da temática em sua totalidade, especialmente os documentos produzidos pela fração mais crítica do Serviço Social. Considero que os objetivos propostos para um Trabalho de Conclusão de Curso foram atendidos e essencial para meu amadurecimento como pessoa, pesquisadora e futura assistente social.

Referências Bibliográficas:

ABESS. **Cadernos ABESS**, n.7. São Paulo: Cortez, 1997.

ABRAMIDES, M.B.C. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. de 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GDPCRVTTVQMwKcB3ywdzjRP/abstract/?lang=pt>> . Acesso em: 07/11/2022.

AGUIAR, A.G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, A.A. Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ANDRADE, M.A.R.A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro- 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 283-316, 2008. Disponível em <<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/servico-social-de-caso-grupo-e-comunidade/view>>. Acesso em 28/09/2022.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

AQUINO, I. G. C. A participação dos CBCISS no Movimento de Reconceituação e o Congresso da Virada. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 559-577, set./dez. 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4Q73n98r7H339q3mjS7sGPM/?lang=pt>> . Acesso em 10/10/2022.

BATISTONI, M.R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M.V; SANTOS, C.M. **A História pelo avesso - a reconceituação do Serviço Social na América Latina e locuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p 71-93.

BATISTONI, M. R. **O movimento de reconceituação no Brasil: o projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)**. Em pauta. Rio de Janeiro: UERJ, 2017, p 136-150.

BRAVO, M.I.S. **Serviço Social e Reforma Sanitária**. Lutas Sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

CASTRO, M.H. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Teorização do Serviço Social: Documentos Araxá, Teresópolis e Sumaré.** Rio de Janeiro. Agir, 1986.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Teorização do Serviço Social:** Documento do Alto da Boa Vista: Agir, 1988.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **Debates Sociais,** Rio de Janeiro, n. 60, ano XXXVII, 2002.

CHAVES, H.L.A; OLIVEIRA, E.M.A.P. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/?lang=pt>>. Acesso em 09/11/2022.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da UCMG.** Belo Horizonte, ESS/UCMG, Minas Gerais:1974.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de uma interpretação sociológica.** 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Brasil, em compasso de espera.** São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 4 ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M.V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, 2017, p. 13-38.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

NETTO, J.P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** Brasília, 1999.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64.** 17 ed., São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50. p87-132. Abril 1996.

MANRIQUE CASTRO, M. **História do serviço social na América Latina**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 176 p.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NICOLAU, P.O. **A renovação do Serviço Social no Brasil: da modernização conservadora ao legado crítico**. TCC em Serviço Social. UNESP Franca. 59 p., 2021.

PAULA, L.G.P. Método BH, o embrião da virada do Serviço Social. **Boletim Online Conexões Geraes**. Belo Horizonte, N. 14, 2019. Disponível em <<https://cress-mg.org.br/Upload/Pics/52/52085ea8-ed2c-4875-9665-2ec58d7a7f53.pdf>> Acesso em 18/10/2022.

QUIROGA, C. **Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1989.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão (vol.2). **CFESS**. Brasília (DF) 2020. Disponível em <<http://cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>> Acesso em 10/11/2011.

SANTANA, R.S; SILVA, J.F.S. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. **Revista Libertas**, v 20, n.2, p. 351-372, julho/dezembro 2020.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, J.F.S.; MOLJO, C.B. Cultura Profissional e tendências Teóricas Atuais: o Serviço Social Brasileiro em Debate. In GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira M. B; MOLJO, CARINA B.; SERPA, M; SILVA, J.F.S. **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

SILVA, M.L.O. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, J.F.S. O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil. In: SOUZA, Edvânia A.; SILVA, Maria Liduína Oliveira. **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019. p 103-124.

SILVA, J.F.S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, C. L. S. Florestan Fernandes e o debate sobre a dependência na América Latina. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. v. 7, p. 429-452, 2017.

TOLEDO, C. N. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 - 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/YLMc8hZWZfpV4sPzsZFCkq/?format=pdf&lang=pt>.> Acesso em 22/07/2022.

YASBEK, M.C. **Cadernos da PUC n.6**. São Paulo: EDUC/Cortez editora, 1980.